



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
57ª LEGISLATURA**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
RELATÓRIO DE MATÉRIAS APROVADAS
2024

(Atualizado em 18 de dezembro de 2024)

Presidente: Senador DAVI ALCOLUMBRE – UNIÃO/AP
Vice-Presidente: Senador MARCOS ROGÉRIO – PL/RO

Sumário

INDICAÇÃO DE AUTORIDADE	4
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – AGENTES PÚBLICOS	7
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DOMÍNIO E BENS PÚBLICOS	10
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	11
ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA.....	14
ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO – FINANÇAS PÚBLICAS	16
ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO – FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE ECONÔMICA	18
ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.....	19
ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO - TRIBUTOS	20
JURÍDICO – DIREITO CIVIL.....	22
JURÍDICO – DIREITO DE TRÂNSITO	23
JURÍDICO – DIREITO ELEITORAL.....	25
JURÍDICO – DIREITO PENAL E PENITENCIÁRIO	26
JURÍDICO – DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS.....	33
JURÍDICO – OBRIGAÇÕES E CONTRATOS.....	34
JURÍDICO – PROCESSO CIVIL.....	35
JURÍDICO – PROCESSO LEGISLATIVO	37
JURÍDICO – PROCESSO PENAL	38
MEIO AMBIENTE	40
MEIO AMBIENTE – MUDANÇAS CLIMÁTICAS.....	41
MEIO AMBIENTE – PROTEÇÃO AOS ANIMAIS	42
ORÇAMENTO PÚBLICO - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.....	43
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO – FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	44
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO – FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	45
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO – MINISTÉRIO PÚBLICO	46
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO - PODER LEGISLATIVO	47
POLÍTICA SOCIAL – ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	49
POLÍTICA SOCIAL – CRIANÇAS E ADOLESCENTES	50
POLÍTICA SOCIAL – DESENVOLVIMENTO URBANO	51
POLÍTICA SOCIAL – DESPORTO E LAZER.....	52
POLÍTICA SOCIAL – EDUCAÇÃO.....	53

POLÍTICA SOCIAL – HABITAÇÃO.....	55
POLÍTICA SOCIAL – MULHERES.....	56
POLÍTICA SOCIAL – PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	58
POLÍTICA SOCIAL – SAÚDE.....	59
POLÍTICA SOCIAL – TRABALHO E EMPREGO.....	60
SOBERANIA, DEFESA NACIONAL E ORDEM PÚBLICA - DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	61
LEIS ORÇAMENTÁRIAS.....	64
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	65
REQUERIMENTOS	94
ESTATÍSTICAS 2024	104

INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

21ª Reunião – 19/06/2024

Mensagem (SF) nº 12, de 2024

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, inciso I, da Constituição, o nome do Senhor ANTÔNIO FABRÍCIO DE MATOS GONÇALVES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada à advocacia, decorrente da aposentadoria do Ministro Emmanoel Pereira.

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador Carlos Viana

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor ANTÔNIO FABRÍCIO DE MATOS GONÇALVES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do art. 111-A, inciso I, da Constituição Federal, com 27 votos favoráveis.

Ofício "S" nº 5, de 2024

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso II e §2º, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no cargo de Corregedor Nacional de Justiça, no biênio 2024/2026.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relator: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no cargo de Corregedor Nacional de Justiça, no biênio 2024/2026, nos termos do art. 103-B, inciso II e § 2º, da Constituição Federal, com 27 votos favoráveis.

53ª Reunião – 11/12/2024

Ofício "S" nº 1, de 2024

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MARCELLO TERTO E SILVA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada à OAB.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil

Relator: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor MARCELLO TERTO E SILVA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, com 25 votos favoráveis e 2 votos contrários.

Ofício "S" nº 2, de 2024

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ULISSES RABANEDA DOS SANTOS, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada à OAB.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil

Relator: Senador Jayme Campos

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor ULISSES RABANEDA DOS SANTOS, para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, com 26 votos favoráveis e 1 voto contrário.

Ofício "S" nº 7, de 2024

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Senado Federal.

Autoria: Presidente do Senado Federal: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), Líder do Bloco Parlamentar Democracia Efraim Filho (UNIÃO/PB), Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM), Líder do PSD Omar Aziz (PSD/AM), Líder do PDT Ana Paula Lobato (PDT/MA), Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP)

Relator: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor RODRIGO BADARÓ ALMEIDA DE CASTRO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, por unanimidade, com 27 votos favoráveis.

Mensagem (SF) nº 31, de 2024

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome do Senhor IAGÊ ZENDRON MIOLA, para exercer o cargo de Diretor do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor IAGÊ ZENDRON MIOLA, para exercer o cargo de Diretor do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, com 26 votos favoráveis e 1 voto contrário.

Mensagem (SF) nº 56, de 2024

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do Senhor GUIDO AMIN NAVES, General de Exército, para exercer o

cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Ministro Lúcio Mário de Barros Goes, a partir de 23 de dezembro de 2024.

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador Otto Alencar

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor GUIDO AMIN NAVES, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, nos termos do art. 123, da Constituição Federal, com 26 votos favoráveis e 1 voto contrário.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – AGENTES PÚBLICOS

8ª Reunião – 24/04/2024

Projeto de Lei nº 1958, de 2021

- Terminativo -

Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Explicação da Ementa: Dispõe sobre a reserva, para candidatos negros, de 20% das vagas de concursos públicos destinados ao provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta e indireta.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relator: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto, pelo acatamento das Emendas nºs 2 e 11, pelo acatamento parcial das Emendas nºs 1-CDH (Substitutivo), 3, 4, 6, 7, 10 e 12, e pela rejeição das Emendas nºs 5, 8 e 9, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado o Substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar.

11ª Reunião – 08/05/2024

Projeto de Lei nº 1958, de 2021

- Terminativo -

Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Explicação da Ementa: Dispõe sobre a reserva, para candidatos negros, de 20% das vagas de concursos públicos destinados ao provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta e indireta.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relator: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto, pelo acatamento das Emendas nºs 2 e 11, pelo acatamento parcial das Emendas nºs 1-CDH (Substitutivo), 3, 4, 6, 7, 10 e 12, e pela rejeição das Emendas nºs 5, 8 e 9, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado o Substitutivo, em Turno Suplementar, e a Emenda nº 20-S-CCJ. Rejeitadas as Emendas nºs 14-S e 17-S. Fica prejudicada a Emenda nº 16-S.

Observações: Durante o encaminhamento da votação, o Senador Flávio Bolsonaro retira a Emenda nº 15-S e o Senador Plínio Valério retira as Emendas nºs 18-S e 19-S.

Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2015

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e de cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Cria cargos de provimento efetivo e de cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Tribunal Superior do Trabalho
Relator: Senador Renan Calheiros
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

14ª Reunião – 22/05/2024
Projeto de Lei nº 2954, de 2023
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, para aprimorar a capacitação de agentes públicos e privados em Proteção e Defesa Civil.

Autoria: Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC)
Relator: Senador Jorge Seif
Relator Ad hoc: Senador Esperidião Amin
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo.
Resultado: Aprovado o Substitutivo oferecido ao PL 2954/2023.
Observações: O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF.

16ª Reunião – 29/05/2024
Projeto de Lei nº 2954, de 2023
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, para aprimorar a capacitação de agentes públicos e privados em Proteção e Defesa Civil.

Autoria: Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC)
Relator: Senador Jorge Seif
Relator Ad hoc: Senador Esperidião Amin
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo.
Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (art. 284 do RISF).

28ª Reunião – 14/08/2024

Projeto de Lei nº 2258, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2000)
- Não Terminativo -

Dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Senador Jorge Bornhausen (PFL/SC)
Relator: Senador Veneziano Vital do Rêgo
Relatório: Favorável ao Projeto, com as adequações redacionais que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer da CCJ favorável ao Projeto, com as adequações redacionais apresentadas.
Observações: Aprovado o Requerimento nº 17, de 2024-CCJ, de urgência para a matéria.

31ª Reunião – 16/10/2024
Projeto de Lei nº 1734, de 2024
- Não Terminativo -

Institui o regime disciplinar da Polícia Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal; e revoga dispositivos da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Presidência da República

Relator: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto, com seis emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas n°s 1 e 2.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas de redação n°s 3-CCJ a 8-CCJ, e contrário às Emendas n°s 1 e 2.

Observação: Aprovado o Requerimento n° 20, de 2024-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria.

54ª Reunião – 18/12/2024
Projeto de Lei n° 1038, de 2024
- Terminativo -

Altera o art. 312 do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e o art. 1º do Decreto-Lei n° 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar o crime de peculato qualificado e hipótese qualificada, quando a apropriação, o furto ou o desvio for relativo a dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel destinado às áreas de educação, saúde ou seguridade social.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Relatora: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: Aprovado

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – DOMÍNIO E BENS PÚBLICOS

35ª Reunião – 30/10/2024

Projeto de Lei nº 2251, de 2022

- Não Terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a doar área para a instalação da Embaixada da República de Cabo Verde.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Presidência da República

Relator: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relator ad hoc: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

50ª Reunião – 04/12/2024

Projeto de Lei nº 3545, de 2023

- Terminativo -

Dispõe sobre a federalização da rodovia RR-171 no trecho compreendido entre o início da rodovia BR-433 e o Parque Nacional do Monte Roraima no Km 99,0.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relator: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

2ª Reunião – 28/02/2024 Projeto de Lei nº 5206, de 2023

- Não Terminativo -

Institui marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), para garantia dos direitos culturais, organizado em regime de colaboração entre os entes federativos para gestão conjunta das políticas públicas de cultura.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Chico D'Angelo (PT/RJ)

Relator: Senadora Augusta Brito

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta, e pelo acolhimento parcial da Emenda de redação nº 1, nos termos da subemenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas de redação nºs 2-CCJ e 3-CCJ, e pelo acolhimento parcial da Emenda de redação nº 1, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ.

4ª Reunião – 13/03/2024 Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2020

- Não Terminativo -

Altera o inciso XXVIII do art. 22 e acrescenta dispositivos aos arts. 23 e 24 da Constituição Federal, para dispor sobre o regime de competência para legislar sobre defesa e segurança cibernética e fixar a competência comum dos entes federados para zelar pela segurança cibernética dos serviços públicos.

Explicação da Ementa: *Estabelece a competência privativa da União para legislar sobre defesa cibernética e competência comum de todos entes federados para legislar sobre segurança cibernética aplicada à prestação de serviços públicos e a zelarem pela segurança cibernética dos serviços públicos.*

Autoria: Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Luiz Carlos do Carmo (MDB/GO), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido/RJ)

Relator: Senador Hamilton Mourão

Relator Ad hoc: Senador Marcio Bittar

Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, com as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ.

7ª Reunião – 17/04/2024
Projeto de Lei nº 3087, de 2022
- Não Terminativo -

Altera o Decreto sem número, de 22 de agosto de 2002, que cria o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Estado do Amapá, para criar o Distrito Parque de Vila Brasil.

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP)

Relator: Senador Plínio Valério

Relator Ad hoc: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

25ª Reunião – 10/07/2024
Projeto de Lei nº 2695, de 2019
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para dispor acerca da disponibilização de documentos necessários à promoção da transparência no âmbito das despesas públicas.

Explicação da Ementa: Determina a divulgação pelos órgãos públicos, independentemente de requerimentos, de documentos relativos a licitações, contratos, suprimento de fundos e ressarcimentos de agentes públicos. Proíbe a classificação como sigilosas das informações em poder dos órgãos públicos sobre despesas de caráter pessoal. Estabelece que os órgãos públicos que possuam processo administrativo eletrônico devem disponibilizar ao cidadão acesso ao sistema para fins de consulta.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relator: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 4, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 5-CCJ (Substitutivo).

26ª Reunião – 07/08/2024
Projeto de Lei nº 2695, de 2019
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para dispor acerca da disponibilização de documentos necessários à promoção da transparência no âmbito das despesas públicas.

Explicação da Ementa: Determina a divulgação pelos órgãos públicos, independentemente de requerimentos, de documentos relativos a licitações, contratos, suprimento de fundos e ressarcimentos de agentes públicos. Proíbe a classificação como sigilosas das informações em poder dos órgãos públicos sobre despesas de caráter pessoal. Estabelece que os órgãos públicos que possuam processo administrativo eletrônico devem disponibilizar ao cidadão acesso ao sistema para fins de consulta.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relator: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 4, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Substitutivo definitivamente adotado.

54ª Reunião – 18/12/2024
Projeto de Lei nº 2073, de 2022

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a criação de cargos em comissão e a transformação de cargos de Técnico e de Analista em cargos em comissão, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Ministério Público da União

Relator: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o relatório

Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2015

- Terminativo -

Dispõe sobre a realização de concursos públicos para a Carreira Policial Federal e o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal.

Explicação da Ementa: Altera a legislação para prever a realização de concursos públicos para o Departamento de Polícia Federal (DPF), sempre que houver 5% (cinco por cento) de cargos vagos.

Autoria: Senador Omar Aziz (PSD/AM)

Relator: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: Aprovado.

Projeto de Lei nº 3467, de 2024

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, sem aumento de despesas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Tribunal Superior do Trabalho

Relator: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o relatório.

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

1ª Reunião – 21/02/2024 **Projeto de Lei nº 2628, de 2022** **- Não Terminativo -**

Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)

Relator: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao Projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 5 e integral da Emenda nº 6, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 e 4.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 5 e integral da Emenda nº 6, nos termos da Emenda nº 7 (Substitutivo), e contrário às Emendas nºs 1 e 4.

Observações: - Durante a Reunião, o Relator reformula o Relatório para acolher parcialmente a Emenda nº 5 e integralmente a Emenda nº 6, nos termos do Substitutivo que apresenta;

- Aprovado o Requerimento nº 1/2024-CCJ, de urgência para a matéria. Votam vencidos no Requerimento os Senadores Esperidião Amin, Sergio Moro, Oriovisto Guimarães e Flávio Bolsonaro.

7ª Reunião – 17/04/2024 **Projeto de Lei nº 6007, de 2023 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2015)** **- Não Terminativo -**

Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos no Brasil

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Waldemir Moka (MDB/MS), Senador Walter Pinheiro (PT/BA) e outros

Relator: Senador Dr. Hiran

Relatório: Favorável ao Projeto, com as ressalvas apresentadas, nos termos do relatório.

Resultado: Aprovado o Parecer da CCJ, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados, com as ressalvas apresentadas pelo relator, nos termos de texto consolidado apresentado, na forma do § 6º do art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal.

50ª Reunião – 04/12/2024 **Projeto de Lei nº 133, de 2022** **- Não Terminativo -**

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para prever regras de segurança ao usuário do PIX e criar mecanismos de recuperação célere dos valores transferidos, na hipótese de cometimento de crimes patrimoniais – Lei de Segurança do PIX.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Relator: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao Projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo).

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO – FINANÇAS PÚBLICAS

16ª Reunião – 29/05/2024

Projeto de Lei nº 545, de 2024

- Não Terminativo -

Altera as Leis nºs 14.002, de 22 de maio de 2020, e 11.771, de 17 de setembro de 2008, para atualizar e aprimorar o regime jurídico a que se submete a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur); e altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal José Guimarães (PT/CE)

Relator: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas, e contrário à Emenda nº 1.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas de redação nºs 2-CCJ e 3-CCJ, e contrário à Emenda nº 1. Vota vencido o Senador Eduardo Girão.

24ª Reunião – 03/07/2024

Projeto de Lei nº 3038, de 2021

- Não Terminativo -

Cria o Conselho Gestor do Fundo de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública da União de que trata o inciso XXI do caput do art. 4º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Defensoria Pública da União

Relator: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer da CCJ favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.

Observações: Aprovado requerimento de urgência para a matéria.

47ª Reunião – 27/11/2024

Projeto de Lei nº 953, de 2021

- Terminativo -

Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Institui Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal, passível de adesão por todas as pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, inclusive as que estejam em recuperação judicial, desde que o devedor desista previamente de impugnações, recursos administrativos e decisões judiciais que tenham por objeto os débitos negociados, vedadas quaisquer exigências adicionais.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relator: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

Resultado: Aprovado o Substitutivo oferecido ao PL 953/2021.

Observação: O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF.

50ª Reunião – 04/12/2024
Projeto de Lei nº 953, de 2021
- Terminativo -

Institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Institui Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal, passível de adesão por todas as pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, inclusive as que estejam em recuperação judicial, desde que o devedor desista previamente de impugnações, recursos administrativos e decisões judiciais que tenham por objeto os débitos negociados, vedadas quaisquer exigências adicionais.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relator: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (art. 284 do RISF).

Observação: Durante a discussão da matéria, a Emenda nº 2-S foi retirada pelo Senador Otto Alencar.

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO – FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE ECONÔMICA

22ª Reunião – 19/06/2024

Projeto de Lei nº 2234, de 2022

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional; altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e revoga o Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, e dispositivos do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), e da Lei nº 10.406, de 19 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Renato Vianna (MDB/SC)

Relator: Senador Irajá

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 14, 24, 31, 33 e 34, com seis emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 13, 15 a 23, 25 a 30, 32 e 35 a 38.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 14-CCJ, 24-CCJ, 31-CCJ, 33-CCJ, 34-CCJ e com as Emendas de redação nºs 39-CCJ a 44-CCJ, e contrário às Emendas nºs 1 a 13, 15 a 23, 25 a 30, 32 e 35 a 38.

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

2ª Reunião – 28/02/2024 **Projeto de Lei nº 5637, de 2020**

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para prever sanções aos prestadores de serviços turísticos que cometerem infrações associadas à facilitação do turismo sexual.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Eduardo Bismarck (PDT/CE)

Relator: Senadora Augusta Brito

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda de redação nº 1-CCJ.

30ª Reunião – 04/09/2024 **Projeto de Lei nº 1505, de 2022**

- Não Terminativo -

Estabelece os mecanismos de estímulo ao desenvolvimento e fortalecimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde brasileiro no âmbito da Política Nacional de Inovação Tecnológica em Saúde e dá outras providências.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Relator: Senador Cid Gomes

Relator Ad hoc: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO - TRIBUTOS

1ª Reunião – 21/02/2024

Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2023

- Não Terminativo -

Altera o art. 155 da Constituição Federal para conceder imunidade do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores a veículos terrestres de passageiros com vinte anos ou mais de fabricação.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), Senador Wilder Morais (PL/GO), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relator: Senador Marcos Rogério

Relatório: Favorável à Proposta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta.

8ª Reunião – 24/04/2024

Projeto de Lei nº 596, de 2023

- Não Terminativo -

Concede remissão dos débitos referentes à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de que trata a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2022, decorrentes da cessação de efeitos, de forma automática ou por meio de ação rescisória, de decisão judicial transitada em julgado.

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Relator: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

28ª Reunião – 14/08/2024

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2023

- Não Terminativo -

Impõe aos partidos políticos a obrigatoriedade da aplicação de recursos financeiros para as candidaturas de pessoas pretas e pardas; estabelece parâmetros e condições para regularização e refinanciamento de débitos de partidos políticos; e reforça a imunidade tributária dos partidos políticos conforme previsto na Constituição Federal.

Explicação da Ementa: Determina que partidos políticos destinem 30% dos recursos de campanhas para candidaturas de pessoas pretas e pardas; reforça a imunidade tributária dos partidos políticos, abrangendo sanções de natureza tributária, exceto as previdenciárias; institui um Programa de Recuperação Fiscal (Refis) para regularização de débitos dos partidos com isenção de juros e multas; e permite o uso de recursos do fundo partidário para o parcelamento de sanções e penalidades de multas eleitorais, de outras sanções e de débitos de natureza não eleitoral.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Paulo Magalhães (PSD/BA)

Relator: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável à Proposta, com duas emendas de redação que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer da CCJ favorável à Proposta, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, de redação. Votam vencidos os Senadores Alessandro Vieira e Oriovisto Guimarães.

53ª Reunião – 11/12/2024

Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024

- Não Terminativo -

Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Presidência da República

Relator: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto na forma do substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as emendas a ele apresentadas.

Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Eduardo Braga que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 2.171-CCJ (Substitutivo). Votam vencidos os Senadores Izalci Lucas, Eduardo Girão, Flávio Bolsonaro, Marcos Rogério, Hamilton Mourão, Magno Malta, Eduardo Gomes e Jorge Seif. Em votação em globo, foram rejeitados os requerimentos de destaque individuais. Nos termos do art. 312, parágrafo único do RISF, são colocadas em votação as seguintes emendas destacadas: - Emenda nº 67-U, destacada pela bancada do PL. Resultado: Rejeitada com 16 votos contrários e 10 votos favoráveis; - Emenda nº 378-U, destacada pela bancada do PSD. Resultado: Aprovada (votação simbólica). Votam vencidos os Senadores Jaques Wagner, Eduardo Girão, Randolfe Rodrigues e Marcelo Castro; - Emenda nº 1612, destacada pela bancada do PL. Resultado: Aprovada (votação simbólica); - Emenda nº 1371, destacada pela bancada do PODEMOS. Resultado: Aprovada com 13 votos favoráveis e 12 votos contrários; - Emenda nº 1462, destacada pela bancada do PSD. Resultado: Rejeitada (votação simbólica). - Emenda nº 1737, destacada pela bancada do UNIÃO. Resultado: Rejeitada com 19 votos contrários, 4 votos favoráveis e 2 abstenções; Ficam prejudicadas as demais emendas apresentadas.

JURÍDICO – DIREITO CIVIL

47ª Reunião – 27/11/2024

Projeto de Lei nº 1504, de 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para destinar os bens da herança vacante adquiridos pelos Municípios, Distrito Federal ou União aos serviços de saúde, de educação ou de assistência social.

Explicação da Ementa: Determina que bens arrecadados por entes públicos por meio do instituto da herança vacante sejam destinados à prestação dos serviços públicos de saúde, educação ou de assistência social ou cedidos a entidades que prestem serviços nestas áreas.

Autoria: Senador Jayme Campos (DEM/MT)

Relatora: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.

JURÍDICO – DIREITO DE TRÂNSITO

13ª Reunião – 15/05/2024

Projeto de Lei nº 5153, de 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para estabelecer desconto no valor cobrado pela renovação das carteiras de habilitação para condutores com idade igual ou superior a 50 (cinquenta) anos.

Autoria: Senador Fernando Dueire (MDB/PE)

Relator: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: Aprovado o Projeto.

Projeto de Lei nº 2000, de 2022

- Não Terminativo -

Altera o art. 154 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para estabelecer a idade máxima dos veículos destinados à formação de condutores.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Abou Anni (UNIÃO/SP)

Relator: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

18ª Reunião – 12/06/2024

Projeto de Lei nº 3214, de 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para prever que as placas veiculares informem o município e o estado no qual o veículo está registrado.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relator: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ.

24ª Reunião – 03/07/2024

Projeto de Lei nº 1211, de 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para tipificar como infração de trânsito o estacionamento de veículo obstruindo o acesso à rampa para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Explicação da Ementa: Estabelece como infração de trânsito, de natureza gravíssima, estacionar onde houver guia de calçada (meio-fio) rebaixada destinada ao acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Relator: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: Aprovado o Projeto.

25ª Reunião – 10/07/2024
Projeto de Lei nº 410, de 2022
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para disciplinar as modificações e as adequações destinadas ao uso não convencional dos veículos automotores.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Luis Miranda (UNIÃO/DF)

Relator: Senador Jorge Seif

Relatório: Favorável ao Projeto, às Emendas nºs 1 e 2, nos termos de Subemenda, e com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, às Emendas nºs 1 e 2, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ, e a Emenda nº 3-CCJ.

35ª Reunião – 30/10/2024
Projeto de Lei nº 1862, de 2021
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para possibilitar a concessão de autorização especial de trânsito aos tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas.

Explicação da Ementa: Institui autorização especial de trânsito, válida para cada viagem ou por período, para circulação de veículos utilizados no transporte de carga, bem como de tratores e demais aparelhos automotores empregados na agricultura que não se enquadrem nos limites de peso ou dimensões estabelecidos pelo Contran.

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relator: Senador Jorge Seif

Relator Ad hoc: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ.

54ª Reunião – 18/12/2024
Projeto de Lei nº 3965, de 2021
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a fim de permitir a destinação de recursos arrecadados com multas de trânsito para o custeio da habilitação de condutores de baixa renda.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal José Guimarães (PT/CE)

Relator: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável ao Projeto, com a emenda que apresenta; pelo acolhimento das Emendas nº 1-CDH e nº 3-CDH, na forma da subemenda que apresenta, e pelo acolhimento das Emendas nºs 6 e 9; pelo acolhimento parcial da Emenda nº 8, com a subemenda que apresenta; e contrário às Emendas nºs 5 e 7.

Resultado: Aprovado o relatório.

JURÍDICO – DIREITO ELEITORAL

14ª Reunião – 22/05/2024

Projeto de Lei nº 660, de 2019

- Terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para prever o apoio técnico por parte da Justiça Eleitoral para o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares.

Explicação da Ementa: Prevê o apoio técnico da Justiça Eleitoral no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, com disponibilização de urnas eletrônicas.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relator: Senador Fabiano Contarato

Relator *Ad hoc*: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.

29ª Reunião – 21/08/2024

Projeto de Lei Complementar nº 192, de 2023

- Não Terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições).

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Federal Dani Cunha (UNIÃO/RJ)

Relator: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 12.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas de redação nºs 13-CCJ e 14-CCJ, e contrário às Emendas nºs 1 a 12.

Observações: Aprovado o Requerimento nº 18, de 2024-CCJ, de urgência para a matéria.

JURÍDICO – DIREITO PENAL E PENITENCIÁRIO

4ª Reunião – 13/03/2024

Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2023

- Não Terminativo -

Altera o art. 5º da Constituição Federal, para prever como mandado de criminalização a posse e o porte de entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

Relator: Senador Efraim Filho

Relatório: Favorável à Proposta, com uma Emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta e à Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 2-CCJ. Votam vencidos os Senadores Humberto Costa, Fabiano Contarato, Marcelo Castro e Jaques Wagner.

Observações:

- Durante a reunião, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Rogerio Marinho, acolhida oralmente pelo Relator, nos termos da Emenda nº 2;
- Durante a discussão, o Relator acolheu a sugestão redacional apresentada pelo Senador Sergio Moro à Emenda nº 1, para substituir a expressão "pelas" por "por todas as" no inciso LXXX do art 5º da Constituição Federal, de que trata o art. 1º da Proposta.

7ª Reunião – 17/04/2024

Projeto de Lei nº 6212, de 2023

- Terminativo -

Altera o art. 234-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 14.069, de 02 de outubro de 2020, para permitir a consulta pública do nome completo e cadastro de pessoa física das pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual, garantindo-se o sigilo das informações relativas à vítima, bem como determina o desenvolvimento de um sistema denominado “Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais”.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)

Relator: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar.

8ª Reunião – 24/04/2024
Projeto de Lei nº 6212, de 2023

- Terminativo -

Altera o art. 234-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 14.069, de 02 de outubro de 2020, para permitir a consulta pública do nome completo e cadastro de pessoa física das pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual, garantindo-se o sigilo das informações relativas à vítima, bem como determina o desenvolvimento de um sistema denominado “Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais”.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)

Relator: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Substitutivo definitivamente adotado.

Projeto de Lei nº 4015, de 2023

- Não Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 12.694, de 24 julho de 2012, e 13.709, de 14 agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para reconhecer como atividade de risco permanente as atribuições inerentes ao Poder Judiciário e ao Ministério Público e garantir aos seus membros medidas de proteção, bem como recrudescer o tratamento penal destinado aos crimes de homicídio e de lesão corporal dolosa contra eles, desde que no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Roman (PSD/PR)

Relator: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1, 2, 3, 9, 11, 13, 17, 21, 22, 23, 24 e 25, com duas Emendas que apresenta, e contrário às Emendas nºs 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19 e 20.

Resultado: Aprovado o Parecer da CCJ favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-CCJ, 2-CCJ, 3-CCJ, 9-CCJ, 11-CCJ, 13-CCJ, 17-CCJ, 21-CCJ, 22-CCJ, 23-CCJ, 24-CCJ, 25-CCJ, 26-CCJ e 27-CCJ, e contrário às Emendas nºs 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19 e 20.

Observações: Aprovado o Requerimento nº 5/2024-CCJ, de urgência para a matéria.

13ª Reunião – 15/05/2024
Projeto de Lei nº 2390, de 2022

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para criar causas de aumento de pena para os crimes de lesão corporal, contra a honra, de ameaça e de desacato, quando cometidos contra profissional da área de atenção à saúde, no exercício de sua profissão ou em decorrência dela.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)

Relator: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

Resultado: Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS) oferecido ao PL 2390/2022.

Observações: O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF.

Projeto de Lei nº 3114, de 2023

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal -, para prever que o estelionato cometido contra pessoa com deficiência se procede mediante ação penal pública incondicionada.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relator: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: Aprovado o Projeto.

14ª Reunião – 22/05/2024

Projeto de Lei nº 2390, de 2022

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para criar causas de aumento de pena para os crimes de lesão corporal, contra a honra, de ameaça e de desacato, quando cometidos contra profissional da área de atenção à saúde, no exercício de sua profissão ou em decorrência dela.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)

Relator: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (art. 284 do RISF).

Projeto de Lei nº 3127, de 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre a castração química voluntária de reincidente em crime contra a liberdade sexual.

Explicação da Ementa: Disciplina o tratamento químico hormonal e a intervenção cirúrgica de efeitos permanentes voltados para a contenção da libido e da atividade sexual para condenados reincidentes nos crimes de estupro, violação sexual mediante fraude e estupro de vulnerável. Com a aceitação do condenado, será concedido o livramento condicional ou a extinção da punibilidade.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relator: Senador Angelo Coronel

Relator Ad hoc: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do Projeto, pelo acolhimento integral das Emendas nºs 1 e 3 e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 2, com as emendas de relator apresentadas anteriormente.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ, 3-CCJ, 5-CCJ a 9-CCJ e a Emenda nº 2-CCJ (parcialmente).

Observações: Durante a discussão, o Senador Eduardo Girão apresenta requerimento de retirada da Emenda nº 4.

16ª Reunião – 29/05/2024
Projeto de Lei nº 2581, de 2023
- Terminativo -

Esta Lei disciplina instrumentos de proteção, incentivo e recompensa a informantes que noticiem crimes ou atos ilícitos no mercado de valores mobiliários ou em sociedades anônimas de capital aberto; e altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para prever obrigações às sociedades anônimas de capital aberto a fim de garantir a integridade de suas demonstrações contábeis e financeiras.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Relator: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1-T e o acolhimento da Emenda nº 18, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 2-T e 17.

Resultado: Aprovado o Substitutivo oferecido ao PL 2581/2023.

Observações: O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF.

17ª Reunião – 05/06/2024
Projeto de Lei nº 2581, de 2023
- Terminativo -

Esta Lei disciplina instrumentos de proteção, incentivo e recompensa a informantes que noticiem crimes ou atos ilícitos no mercado de valores mobiliários ou em sociedades anônimas de capital aberto; e altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para prever obrigações às sociedades anônimas de capital aberto a fim de garantir a integridade de suas demonstrações contábeis e financeiras.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Relator: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 19-CCJ (Substitutivo), pelo acolhimento integral da Emenda nº 20-S, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 23-S, pela rejeição das Emendas nºs 21-S e 22-S, e com as referidas adequações redacionais, na forma do seguinte texto consolidado que apresenta.

Resultado: Aprovado o Substitutivo, em turno suplementar, com o acolhimento integral das Emendas nº 20-S-CCJ, 22-S-CCJ e 24-S-CCJ, com o acolhimento parcial da Emenda nº 23-S-CCJ, e com adequações redacionais, na forma do texto consolidado apresentado.

Projeto de Lei nº 4626, de 2020
- Não Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar as penas dos crimes de abandono de incapaz e de maus-tratos, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para modificar as penas do crime de exposição a perigo da saúde e da integridade física ou psíquica do idoso.

Explicação da Ementa: Aumenta as penas dos crimes de abandono de incapaz e de maus-tratos, previstos no Código Penal, e do crime de exposição a perigo da saúde e da integridade física ou psíquica do idoso, previsto no Estatuto do Idoso, e exclui a competência dos Juizados Especiais e a possibilidade de transação penal nos crimes

previstos no Estatuto do Idoso e em quaisquer crimes praticados com violência contra o idoso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Helio Lopes (PSL/RJ)

Relator: Senador Carlos Viana

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.

25ª Reunião – 10/07/2024

Projeto de Lei nº 3169, de 2023

- Terminativo -

Altera o art. 150 do Código Penal, para excluir o crime de violação de domicílio por parte do agente de saúde que, no cumprimento de dever funcional, entra em imóvel não habitado para promover ações de saneamento ou de controle sanitário.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relator: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ.

29ª Reunião – 21/08/2024

Projeto de Lei nº 2459, de 2022

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.847, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal Brasileiro, para criar qualificador ao crime de furto e ao crime de receptação de insumo, equipamento ou estrutura relacionados ao fornecimento de serviço público.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Relator: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.

31ª Reunião – 16/10/2024

Projeto de Lei nº 1998, de 2022

- Terminativo -

Altera o art. 226 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal para prever aumento de pena para os casos de crime contra a dignidade sexual praticado por médico ou profissional da saúde em situação de atendimento médico ou hospitalar.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)

TRAMITA EM CONJUNTO COM

Projeto de Lei nº 3464, de 2019

- Terminativo -

Altera o art. 234-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever causa de aumento de pena para o profissional de saúde que praticar crime contra a dignidade sexual no exercício da função.

Explicação da Ementa: Institui causa de aumento de pena, de 1/3 até a metade, para os crimes contra a dignidade sexual, nos casos em que forem praticados por profissional de saúde no exercício de suas funções.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

TRAMITA EM CONJUNTO COM
Projeto de Lei nº 2016, de 2022

- Terminativo -

Altera os arts. 217-A e 226 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer causa de aumento de pena para a prática de crime contra a dignidade sexual por médico ou qualquer outro profissional da área de saúde no exercício de sua atividade, bem como para dispor que configura estupro de vulnerável a prática de conjunção carnal ou outro ato libidinoso pelos referidos profissionais em face de paciente em situação de atendimento médico, clínico ou hospitalar.

Autoria: Senadora Simone Tebet (MDB/MS)

TRAMITA EM CONJUNTO COM
Projeto de Lei nº 2034, de 2022

- Terminativo -

Altera o art. 226 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal para prever o aumento de pena para os casos de crime contra a dignidade sexual praticado com abuso de confiança.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS)

Relator: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 1998, de 2022, com uma emenda que apresenta, restando prejudicados os Projetos de Lei nºs 3464, de 2019, e 2016 e 2034, de 2022.

Resultado: Aprovado o PL 1998/2022 e a Emenda nº 1-CCJ. Aprovados os Pareceres pela declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei nºs 3464, de 2019, e 2016 e 2034, de 2022, que tramitam em conjunto.

Projeto de Lei nº 4988, de 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena pela leitura.

Explicação da Ementa: Permite a remição de parte do tempo de execução da pena mediante a participação voluntária do preso em projeto de leitura aprovado pelo juízo da execução e a apresentação de resenha sobre o livro lido, a qual será submetida ao juízo para que decida sobre o aproveitamento da leitura para a remição.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO)

Relator: Senador Castellar Neto

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 a 4, com a emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ. Votam vencidos os Senadores Marcio Bittar e Flavio Azevedo.

50ª Reunião – 04/12/2024

Projeto de Lei nº 3780, de 2023

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de majorar as penas previstas para os crimes de furto, roubo, receptação, receptação de animal e interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou

de informação de utilidade pública, bem como para tipificar os crimes de recepção de animal doméstico e de fraude bancária.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

Relator: Senador Efraim Filho

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo).

Observação: Aprovado o Requerimento nº 25, de 2024-CCJ, de autoria do Senador Efraim Filho, de urgência para a matéria.

Projeto de Lei nº 1558, de 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que "dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências", para incluir no rol de crimes hediondos o tráfico de pessoas.

Autoria: Senador Rogerio Marinho (PL/RN)

Relator: Senador Flávio Bolsonaro

Relator Ad hoc: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a emenda de redação que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 2-CCJ, de redação. Rejeitada a Emenda nº 1.

JURÍDICO – DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

8ª Reunião – 24/04/2024

Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 2023

- Não Terminativo -

Acrescenta o inciso LXXX ao art. 5º da Constituição Federal para tornar imprescritível o crime de tráfico de crianças e adolescentes.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Wilder Moraes (PL/GO), Senadora Mara Gabrielli (PSD/SP), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relator: Senador Alan Rick

Relatório: Favorável à Proposta, acatando parcialmente a Emenda nº 1, na forma da subemenda que apresenta, e com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer da CCJ, favorável à Proposta, parcialmente favorável à Emenda nº 1, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ, e com a Emenda nº 2-CCJ.

JURÍDICO – OBRIGAÇÕES E CONTRATOS

6ª Reunião – 10/04/2024

Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2017

- Não Terminativo -

Dispõe sobre normas de seguro privado; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Dispõe que a atividade seguradora será exercida de modo que se viabilizem os objetivos da República, os fins da ordem econômica e a plena capacidade do mercado interno, nos termos da Constituição Federal; estipula que o Poder Executivo da União terá competência para expedir atos normativos, atuando em proteção dos interesses dos segurados e seus beneficiários; considera integrantes da atividade seguradora, além dos contratos de seguro, também os contratos necessários à sua plena viabilidade, como o resseguro e a retrocessão; considera instrumentais à atividade seguradora as corretagens de seguros e resseguros.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal José Eduardo Cardozo (PT/SP)

Relator: Senador Jader Barbalho

Relator *Ad hoc*: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 11, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 10, 12 e 13.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 11, nos termos da Emenda nº 14-CCJ (Substitutivo), e contrário às Emendas nºs 1 a 10 e 12. Rejeitada a Emenda nº 13 destacada.

Observações:

Durante a discussão, foi apresentado Requerimento de Destaque da Liderança do PL para votação em separado da Emenda nº 13, a qual foi rejeitada pela Comissão.

JURÍDICO – PROCESSO CIVIL

1ª Reunião – 21/02/2024

Projeto de Lei nº 2812, de 2023

- Não Terminativo -

Acrescenta parágrafo único ao art. 499 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para conferir ao réu a oportunidade de cumprir a tutela específica em caso de requerimento de sua conversão em perdas e danos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Luciano Bivar (UNIÃO/PE)

Relator: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

Observações: Aprovado o Requerimento nº 2/2024-CCJ, de urgência para a matéria.

11ª Reunião – 08/05/2024

Projeto de Lei nº 1803, de 2023

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer que a eleição de foro deve guardar pertinência com o domicílio das partes ou com o local da obrigação e que o ajuizamento de ação em juízo aleatório constitui prática abusiva, passível de declinação de competência de ofício.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Rafael Prudente (MDB/DF)

Relator: Senador Eduardo Gomes

Relator Ad hoc: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao Projeto com a emenda de redação que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

Observações: Aprovado o Requerimento nº 8, de 2024-CCJ, de autoria do Senador Weverton, de urgência para a matéria.

13ª Reunião – 15/05/2024

Projeto de Lei nº 4563, de 2021

- Não Terminativo -

Revoga o § 6º do art. 1.003 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Carlos Bezerra (MDB/MT)

Relator: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com uma subemenda de redação que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CCJ, com a Subemenda nº 1-CCJ, de redação.

18ª Reunião – 12/06/2024

Projeto de Lei nº 3519, de 2019

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de dispor sobre a competência dos juizados especiais cíveis para o processamento e o julgamento das causas previstas no inciso II do art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

Explicação da Ementa: Ratifica a competência dos juizados especiais cíveis para o processamento e o julgamento das causas previstas no inciso II do art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil anterior).

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Federal Laura Carneiro (MDB/RJ)

Relator: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relator *Ad hoc*: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

31ª Reunião – 16/10/2024

Projeto de Lei nº 1354, de 2019

- Não Terminativo -

Impõe prioridade na tramitação processual em que figure como parte ou interveniente a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Explicação da Ementa: Assegura, em qualquer instância, a prioridade na tramitação dos processos e procedimentos (administrativos e judiciais) e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente a pessoa com transtorno do espectro autista (TEA).

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Célio Studart (PV/CE)

Relator: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH-CCJ (Substitutivo).

JURÍDICO – PROCESSO LEGISLATIVO

18ª Reunião – 12/05/2024

Projeto de Lei nº 2102, de 2019

- Não Terminativo -

Estabelece critérios mínimos para a outorga do título de Capital Nacional.

Explicação da Ementa: Disciplina a concessão do título de Capital Nacional, destinado a homenagear Municípios mediante projeto de lei do qual deverá constar a comprovação da realização de consulta ou audiência pública.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Federal Laura Carneiro (MDB/RJ)

Relator: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relator *Ad hoc*: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável ao projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

JURÍDICO – PROCESSO PENAL

18ª Reunião – 12/05/2024

Projeto de Lei nº 5073, de 2019

- Terminativo -

Altera o art. 302 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer que se considera em flagrante delito quem subtrair coisa móvel que seja rastreada em tempo real, enquanto for possível o acompanhamento de sua localização.

Explicação da Ementa: Considera em situação de flagrante delito o agente que subtrai coisa móvel que seja rastreada em tempo real, enquanto for possível o acompanhamento de sua localização.

Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO)

Relator: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação do Projeto e rejeição da Emenda nº 1.

Resultado: Aprovado o Projeto. Rejeitada a Emenda nº 1.

28ª Reunião – 14/08/2024

Projeto de Lei nº 226, de 2024

- Terminativo -

Altera o Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) para dispor sobre os critérios para aferição da periculosidade do agente, geradora de riscos à ordem pública, para concessão de prisão preventiva, inclusive quando da audiência de custódia.

Autoria: Senador Flávio Dino (PSB/MA)

Relator: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 2, com cinco emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 2-CCJ a 7-CCJ. Rejeitada a Emenda nº 1.

54ª Reunião – 18/12/2024

Projeto de Lei nº 853, de 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei dos Crimes Hediondos, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para vedar a progressão de regime de cumprimento de pena aos condenados por crimes hediondos.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relator: Senador Marcos Rogério

Relator Ad hoc: Senador Magno Malta

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 3-CSP e 4-CSP, com a emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado.

MEIO AMBIENTE

35ª Reunião – 30/10/2024

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2024

- Não Terminativo -

Dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir entre os patrimônios nacionais o Pantanal Sul-Mato-Grossense.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Fernando Farias (MDB/AL), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Ireneu Orth (PP/RS), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Rogério Marinho (PL/RN), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Relator: Senador Jayme Campos

Relatório: Favorável à Proposta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta.

MEIO AMBIENTE – MUDANÇAS CLIMÁTICAS

13ª Reunião – 15/05/2024

Projeto de Lei nº 4129, de 2021

- Não Terminativo -

Dispõe sobre diretrizes gerais para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Federal Tabata Amaral (PSB/SP)

Relator: Senador Jaques Wagner

Relatório: Favorável ao Projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 3, na forma da Emenda nº 2-CMA (Substitutivo), com duas subemendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 3, na forma da Emenda nº 2-CMA-CCJ (Substitutivo), com as Subemendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. Votam vencidos os Senadores Carlos Portinho, Rogerio Marinho, Mecias de Jesus, Flávio Bolsonaro, Hamilton Mourão, Plínio Valério e Eduardo Girão.

Observações: Aprovado o Requerimento nº 9, de 2024-CCJ, de autoria do Senador Jaques Wagner, de urgência para a matéria. Vota vencido o Senador Plínio Valério.

MEIO AMBIENTE – PROTEÇÃO AOS ANIMAIS

14ª Reunião – 22/05/2024

Projeto de Lei nº 2230, de 2022

- Não Terminativo -

Autoriza a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Carlos Gomes (REPUBLICANOS/RS)

Relator: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1.

ORÇAMENTO PÚBLICO - EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

10ª Reunião – 07/05/2024

Projeto de Lei Complementar nº 233, de 2023

- Não Terminativo -

Dispõe sobre o Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT); altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e 14.075, de 22 de outubro de 2020, e a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023; e revoga as Leis nºs 6.194, de 19 de dezembro de 1974, e 8.441, de 13 de julho de 1992, e dispositivos das Leis nºs 8.374, de 30 de dezembro de 1991, 11.482, de 31 de maio de 2007, e 11.945, de 4 de junho de 2009.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Presidência da República

Relator: Senador Jaques Wagner

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 18 e 23, de redação, com três emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 17, 19 a 22, e 24 a 27.

Resultado: Aprovado o Parecer da CCJ favorável ao Projeto, com as Emendas de redação nºs 28-CCJ e 29-CCJ, e favorável às Emendas de redação nºs 18 e 23-U, na forma da Emenda de redação nº 30-CCJ, e contrário às Emendas nºs 1 a 17, 19, 20-U a 22-U, 24-U a 26-U e 27. Votam vencidos para o Relatório os Senadores Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Lucas Barreto, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Marcos Rogério, Alan Rick, Rogerio Marinho e Hamilton Mourão. A Comissão rejeita a Emenda nº 17 destacada. Votam vencidos para a Emenda nº 17 os Senadores Alessandro Vieira, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Carlos Viana e Hamilton Mourão.

Observações: A Comissão rejeita os Requerimentos de Destaque de autoria individual do Senador Carlos Viana para a votação em separado das Emendas nºs 4 e 27.

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO – FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

28ª Reunião – 14/08/2024

Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2024

- Não Terminativo -

Susta parcialmente o Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, a qual dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Ismael Alexandrino (PSD/GO)

Relator: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer da CCJ favorável ao Projeto.

Observações: Aprovado o Requerimento nº 16, de 2024-CCJ, de urgência para a matéria.

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO – FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

25ª Reunião – 10/07/2024

Projeto de Lei nº 850, de 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, a fim de explicitar a natureza alimentar dos honorários advocatícios.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

Relator: Senador Renan Calheiros

Relatório: Pela aprovação do Projeto, e aprovação parcial da Emenda nº 1-T, nos termos da Emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e parcialmente a Emenda nº 1-T, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ.

Observações: O Senador Marcos Rogério fez a leitura do relatório, como relator *ad hoc*.

26ª Reunião – 07/08/2024

Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2023

- Não Terminativo -

Altera o art. 132 da Constituição Federal para incluir os Procuradores dos Municípios entre os que compõem a advocacia pública e dá outras providências.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL), Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senador Fernando Dueire (MDB/PE), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Fernando Farias (MDB/AL), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

Relator: Senador Weverton

Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 2, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta e à Emenda nº 2, nos termos da Emenda nº 3- CCJ (Substitutivo).

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO – MINISTÉRIO PÚBLICO

7ª Reunião – 17/04/2024

Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2023

- Não Terminativo -

Altera a Constituição Federal para instituir a parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos magistrados e membros do Ministério Público.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Giordano (MDB/SP), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Irajá (PSD/TO), Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Wilder Moraes (PL/GO), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Dr. Samuel Araújo (PSD/RO)

Relator: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Favorável à Proposta, bem como pelo acolhimento integral das Emendas nºs 2, 3, 8, 16, 19 e 21, contrário às Emendas nºs 7, 36 e 38 e pelo acolhimento parcial das demais Emendas, na forma do substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer da CCJ, favorável à Proposta, com acolhimento integral das Emendas nºs 2, 3, 8, 16, 19 e 21, contrário às Emendas nºs 7, 36 e 38, e com acolhimento parcial das demais Emendas, nos termos da Emenda nº 40-CCJ (Substitutivo). Votam vencidos os Senadores: Oriovisto Guimarães, Alessandro Vieira, Otto Alencar, Jaques Wagner, Rogério Carvalho, Beto Faro e Eduardo Girão.

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO - PODER LEGISLATIVO

6ª Reunião – 10/04/2024

Projeto de Resolução do Senado nº 25, de 2023

- Não Terminativo -

Institui a Curadoria Parlamentar da Biblioteca do Senado Federal.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relator: Senador Jorge Kajuru

Relator Ad hoc: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

Projeto de Resolução do Senado nº 33, de 2023

- Não Terminativo -

Institui a Frente Parlamentar do Serviço Notarial e Registral.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relator: Senador Efraim Filho

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

7ª Reunião – 17/04/2024

Projeto de Resolução do Senado nº 116, de 2023

- Não Terminativo -

Institui, no âmbito do Senado Federal, o Prêmio Mérito de Proteção e Defesa Civil, para agraciar municípios brasileiros que tenham se destacado em ações voltadas para proteção e defesa civil.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relator: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto.

14ª Reunião – 22/05/2024

Projeto de Lei nº 1107, de 2023

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a indenização pecuniária por tempo de serviço aos servidores comissionados do Poder Legislativo Federal e órgão auxiliar.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relator: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 2 e 3, com duas emendas que apresenta, e contrário à Emenda nº 1.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 2-CCJ a 5-CCJ, e contrário à Emenda nº 1.

30ª Reunião – 04/09/2024

Projeto de Lei nº 5948, de 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de arma de fogo aos policiais legislativos das Assembleias Legislativas dos Estados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Relator: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1–CSP, e pela rejeição das Emendas nº 2 a 7.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1–CSP-CCJ, e rejeitadas as Emendas nºs 2 a 7.

POLÍTICA SOCIAL – ASSISTÊNCIA SOCIAL

30ª Reunião – 04/09/2024

Projeto de Lei nº 2874, de 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre a doação de alimentos por supermercados e estabelecimentos similares.

Explicação da Ementa: Estabelece a obrigatoriedade da doação de alimentos para entidades beneficentes de assistência social, por parte de estabelecimentos que comercializem alimentos.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relator: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 2, nº 3 e nº 4, e aprovação parcial da Emenda nº 5, nos termos do Substitutivo que apresenta, com a consequente prejudicialidade formal da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo).

Resultado: Aprovado o Projeto, as Emendas nº 2, nº 3 e nº 4, e parcialmente a Emenda nº 5, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), e prejudicada a Emenda nº 1-CRA (Substitutivo).

31ª Reunião – 16/10/2024

Projeto de Lei nº 2874, de 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre a doação de alimentos por supermercados e estabelecimentos similares.

Explicação da Ementa: Estabelece a obrigatoriedade da doação de alimentos para entidades beneficentes de assistência social, por parte de estabelecimentos que comercializem alimentos.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relator: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 2, nº 3 e nº 4, e aprovação parcial da Emenda nº 5, nos termos do Substitutivo que apresenta, com a consequente prejudicialidade formal da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo).

Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (art. 284 do RISF).

POLÍTICA SOCIAL – CRIANÇAS E ADOLESCENTES

17ª Reunião – 05/06/2024

Projeto de Lei nº 2217, de 2022

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de tornar obrigatória, para a autoridade judiciária, a consulta aos cadastros estaduais, distrital e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e das pessoas ou casais habilitados à adoção.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Federal Flávia Moraes (PDT/GO)

Relator: Senador Carlos Viana

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº1-CDH

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CDH-CCJ.

Projeto de Lei nº 1433, de 2023

- Não Terminativo -

Acrescenta dispositivo ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para determinar que as emissoras públicas de radiodifusão veiculem mensagens sobre prevenção de drogas e maus-tratos infantil.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relator: Senador Carlos Viana

Relatório: Favorável ao Projeto, com acatamento parcial da Emenda nº 1, nos termos da emenda que apresenta, com duas emendas.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas 2-CCJ e 3-CCJ, e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 4-CCJ.

18ª Reunião – 12/06/2024

Projeto de Lei nº 2269, de 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispor sobre os requisitos do registro de nascimento em relação à identificação dos pais.

Autoria: Senador Luiz Pastore (MDB/ES)

Relator: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ.

POLÍTICA SOCIAL – DESENVOLVIMENTO URBANO

13ª Reunião – 15/05/2024

Projeto de Lei nº 2100, de 2019

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para dispor sobre a permissão de uso de terrenos da União para a implantação de hortas comunitárias.

Explicação da Ementa: Altera a Lei de Regularização de Imóveis da União, para prever a permissão de uso de áreas de domínio da União, quando destinada à prática de agricultura orgânica em hortas comunitárias e produção de mudas destinadas ao paisagismo, mediante técnicas agroecológicas e por famílias de baixa renda, observado o plano diretor do Município.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Luiz Couto (PT/PB)

Relator: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ.

POLÍTICA SOCIAL – DESPORTO E LAZER

13ª Reunião – 15/05/2024

Projeto de Lei nº 2978, de 2023

- Terminativo -

Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021, a fim de aperfeiçoar a governança das Sociedades Anônimas do Futebol, resguardar os investidores e preservar os direitos dos clubes, dos profissionais do futebol e dos atletas em formação.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-T e da Emenda nº 2.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 3-CCJ. Rejeitadas a Emenda nº 1-T e a Emenda nº 2.

POLÍTICA SOCIAL – EDUCAÇÃO

4ª Reunião – 13/03/2024

Projeto de Lei nº 3745, de 2023

- Não Terminativo -

Acrescenta o inciso IV, ao art. 6B, da lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o abatimento no saldo devedor do FIES, através de serviços, aos advogados que o fizerem nas defensorias públicas.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Relator: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta, e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, com a subemenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 2-CCJ e 3-CCJ, e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1-CCJ, com a Subemenda nº 1-CCJ. Votam vencidos os senadores Humberto Costa, Fabiano Contarato e Jaques Wagner.

Observações: Durante a reunião, o Relator acolhe oralmente a Emenda nº 2.

8ª Reunião – 24/04/2024

Projeto de Lei nº 5288, de 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre condições mínimas das escolas de educação básica pública.

Explicação da Ementa: Estabelece condições mínimas para as escolas de educação básica pública, que compreendem número adequado de alunos por turma, biblioteca e laboratórios equipados, quadra poliesportiva coberta, instalações acessíveis e acesso aos serviços de internet, energia elétrica, água tratada, esgoto sanitário e manejo de resíduos sólidos.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relator: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ.

25ª Reunião – 10/07/2024

Projeto de Lei nº 3455, de 2023

- Terminativo -

Dispõe sobre a transformação do campus de Oiapoque da Universidade Federal do Amapá em Universidade Federal da Fronteira Norte (UNIFRON).

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relator: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: Aprovado o Projeto.

31ª Reunião – 16/10/2024

Proposta de Emenda à Constituição nº 52, de 2023

- Não Terminativo -

Altera o art. 206 da Constituição Federal para incluir como princípio do ensino a garantia de educação inclusiva em todos os níveis.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Jussara Lima (PSD/PI), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Relator: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

35ª Reunião – 30/10/2024
Projeto de Lei nº 2036, de 2023
- Não Terminativo -

Estabelece normas gerais sobre segurança escolar e dá outras providências.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

TRAMITA EM CONJUNTO COM
Projeto de Lei nº 2052, de 2023
- Não Terminativo -

Dispõe sobre a criação da guarda escolar e/ou segurança armada nas instituições de ensino da rede pública ou privada e dá outras providências.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

TRAMITA EM CONJUNTO COM
Projeto de Lei nº 2092, de 2023
- Não Terminativo -

Cria a Política Nacional de Prevenção de Ataques Violentos a Instituições de Ensino.

Autoria: Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC)

Relator: Senador Esperidião Amin

Relator Ad hoc: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao PL 2036/2023, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do PL 2052/2023 e do PL 2092/2023, que tramitam em conjunto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao PL 2036, de 2023, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), e pela prejudicialidade do PL nº 2052, de 2023, e do PL nº 2092, de 2023, que tramitam em conjunto.

Observação: Durante a discussão, o Senador Sergio Moro, Relator "ad hoc", reformula o Relatório para acrescentar na ementa do Substitutivo a expressão: "Esta Lei, denominada Heley de Abreu, ...".

POLÍTICA SOCIAL – HABITAÇÃO

11ª Reunião – 08/05/2024

Projeto de Lei nº 3141, de 2023

- Não Terminativo -

Cria o Programa Cartão Reconstruir e dá outras providências.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relator: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 3-CCJ e 4-CCJ.

POLÍTICA SOCIAL – MULHERES

24ª Reunião – 03/07/2024

Projeto de Lei nº 3728, de 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o atendimento acessível à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Autoria: Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF)

Relator: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: Aprovado o Projeto.

25ª Reunião – 10/07/2024

Projeto de Lei nº 1246, de 2021

- Não Terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade de reserva mínima de participação de mulheres em conselhos de administração das sociedades empresárias que especifica; e altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303, de 30 de junho de 2016.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Federal Tabata Amaral (PDT/SP)

Relator: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relator *Ad hoc*: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2- CDH-CAE (de redação).

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2- CDH-CAE-CCJ (de redação), e contrário à Emenda nº 3.

Observações: Vota vencido o Senador Marcio Bittar.

30ª Reunião – 04/09/2024

Projeto de Lei nº 3595, de 2019

- Terminativo -

Institui percentual de vagas para contratação de mulheres em situação de violência doméstica ou vulnerabilidade social no âmbito dos contratos de terceirização da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Explicação da Ementa: Determina que, nos contratos terceirizados de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, sejam reservados 5% dos postos de trabalho para a contratação de mulheres em situação de violência doméstica ou em condições de vulnerabilidade social, devendo as empresas prestadoras de serviços terceirizados realizar processo seletivo para a contratação.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatora: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

Resultado: Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH-CCJ (Substitutivo).

31ª Reunião – 16/10/2024

Projeto de Lei nº 2549, de 2024

- Terminativo -

Cria o Selo Cidade Mulher, a ser conferido aos Municípios que se destacarem na efetividade das políticas públicas específicas para o bem-estar das mulheres.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Federal Nely Aquino (PODEMOS/MG)

Relatora: Senador Castellar Neto

Relatório: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

47ª Reunião – 27/11/2024

TURNO SUPLEMENTAR AO

Projeto de Lei nº 3595, de 2019

- Terminativo -

Institui percentual de vagas para contratação de mulheres em situação de violência doméstica ou vulnerabilidade social no âmbito dos contratos de terceirização da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Explicação da Ementa: Determina que, nos contratos terceirizados de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, sejam reservados 5% dos postos de trabalho para a contratação de mulheres em situação de violência doméstica ou em condições de vulnerabilidade social, devendo as empresas prestadoras de serviços terceirizados realizar processo seletivo para a contratação.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatora: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela rejeição das Emendas nº 2-S e nº 3-S, apresentadas, em turno suplementar, ao Substitutivo, acolhida a Emenda nº 5-S..

Resultado: Aprovado o Substitutivo, em turno suplementar, e a Emenda nº 5-S-CCJ. Rejeitadas as Emendas nºs 2-S e 3-S.

Observação: Em 27/11/2024, foi apresentado requerimento de autoria do Senador Flávio Bolsonaro para retirada da Emenda nº 4-S.

POLÍTICA SOCIAL – PREVIDÊNCIA SOCIAL

6ª Reunião – 10/04/2024

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023

- Não Terminativo -

Abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos municípios com seus Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos e com o Regime Geral de Previdência Social.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Fernando Dueire (MDB/PE), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senador Beto Faro (PT/PA), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Giordano (MDB/SP)

Relator: Senador Carlos Portinho

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 4.

Resultado: Aprovado o relatório.

POLÍTICA SOCIAL – SAÚDE

35ª Reunião – 30/10/2024

Projeto de Lei nº 5, de 2022

- Terminativo -

Dispõe sobre a proibição, em todo o território nacional, de fabricação, comércio, transporte, manuseio e uso de fogos de artifício de estampido ou de qualquer outro artefato pirotécnico que produza estampidos.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relator: Senador Castellar Neto

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com quatro emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-CE (Substitutivo).

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 2-CCJ a 6-CCJ, com as adequações redacionais propostas. Rejeitada a Emenda nº 1-CE (Substitutivo).

Observação: Durante a discussão da matéria, os Senadores Rogério Carvalho e Sergio Moro apresentam oralmente sugestões, que são acolhidas pelo relator.

54ª Reunião – 18/12/2024

Projeto de Lei do Senado nº 436, de 2018

- Terminativo -

Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir ações e serviços públicos de saúde no rol de aplicação das receitas arrecadadas com a cobrança das multas de trânsito.

Explicação da Ementa: Aplica a receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito em sinalização em ações e serviços públicos de saúde relacionados a acidentes de trânsito em, no mínimo, 10% da receita total arrecadada com multas, que deverá ser integralmente revertida ao Fundo Nacional de Saúde (FNS).

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relator: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado o substitutivo.

POLÍTICA SOCIAL – TRABALHO E EMPREGO

8ª Reunião – 24/04/2024

Projeto de Lei nº 4147, de 2023

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a profissão de técnico em nutrição e dietética; e altera a Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Federal Erika Kokay (PT/DF)

Relator: Senador Efraim Filho

Relator *Ad hoc*: Senador Marcos Rogério

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda de redação que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

17ª Reunião – 05/06/2024

Projeto de Lei nº 2830, de 2019

- Não Terminativo -

Modifica o art. 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da citação do executado, se não houver garantia do juízo.

Explicação da Ementa: Reduz de 45 para 15 dias o prazo a partir da citação do executado para que ele sofra protesto e inscrição de nome em órgãos de proteção ao crédito, em razão de decisão condenatória na Justiça do Trabalho.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relator: Senador Rogerio Marinho

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma Emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ.

29ª Reunião – 21/08/2024

Projeto de Lei nº 435, de 2021

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a aplicação das Leis nºs 4.950-A, de 22 de abril de 1966, 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e 7.410, de 27 de novembro de 1985, aos diplomados em Geologia ou Engenharia Geológica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Federal Reinhold Stephanes (PSD/PR)

Relator: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1.

SOBERANIA, DEFESA NACIONAL E ORDEM PÚBLICA - DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

7ª Reunião – 17/04/2024

Proposta de Emenda à Constituição nº 76, de 2019

(PEC da polícia científica)

- Não Terminativo -

Altera a Constituição Federal, para incluir as polícias científicas no rol dos órgãos de segurança pública.

Explicação da Ementa: Inclui entre os órgãos de segurança pública as polícias científicas, subordinadas aos Governadores dos Estados e dirigidas por perito oficial da ativa. A polícia científica exerce com exclusividade a perícia oficial de natureza criminal.

Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senadora Renilde Bulhões (PROS/AL), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

Relator: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável à Proposta, com a emenda que apresenta, e contrário à Emenda nº 2.

Resultado: Aprovado o Parecer da CCJ, favorável à Proposta, com a Emenda nº 3-CCJ e contrário à Emenda nº2.

24ª Reunião – 03/07/2024

Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2022

- Não Terminativo -

Modifica o art. 144 da Constituição Federal, a fim de incluir as guardas municipais e os agentes de trânsito entre os órgãos que compõem a segurança pública.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Fernando Collor (PTB/AL), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senadora Eliane Nogueira (PP/PI), Senador Chico Rodrigues (UNIÃO/RR), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senadora Nilda Gondim (MDB/PB), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Alexandre Silveira (PSD/MG), Senador Romário (PL/RJ),

Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)

Relator: Senador Efraim Filho

Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer da CCJ favorável à Proposta, com a Emenda nº1-CCJ.

31ª Reunião – 03/07/2024
Projeto de Lei nº 4256, de 2019
- Terminativo -

Altera a Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar o porte de arma aos agentes de segurança socioeducativos, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Autoriza o porte de armas aos servidores do quadro efetivo de agente de segurança socioeducativo responsáveis pela segurança, vigilância, guarda, custódia ou escolta.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relator: Senador Esperidião Amin

Relator ad hoc: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CDH, 2-CDH e 4, e pela rejeição das Emendas nºs 3, 5, 6, 7 e 8.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CDH-CCJ, 2-CDH-CCJ e 4-CCJ. Rejeitadas as Emendas nºs 3, 5, 6, 7 e 8.

35ª Reunião – 30/10/2024
Projeto de Lei nº 2326, de 2022
- Não Terminativo -

Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização.

Autoria: Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte.

Relator: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 3-CMA e 4-CMA, e contrário à Emenda nº 5.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e às Emendas nºs 3-CMA-CCJ e 4-CMA-CCJ, e contrário à Emenda nº 5. Votam vencidos os Senadores Mecias de Jesus e Dr. Hiran.

Observação: Durante a discussão da matéria, o Relator rejeita oralmente a Emenda nº 5 e o Senador Mecias de Jesus retira o Voto em Separado.

47ª Reunião – 27/11/2024
Projeto de Lei nº 2891, de 2020
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 216-B (registro não autorizado da intimidade sexual) e 218-C (divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia) do Código Penal.

Explicação da Ementa: Permite a infiltração policial para investigação dos crimes de registro e divulgação não autorizados da intimidade sexual.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relator: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado o Substitutivo oferecido ao PL 2891/2020.

Observação: O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF.

Projeto de Lei nº 1640, de 2019

- Terminativo -

Torna mais rígido o controle de violência nos estádios e imediações.

Explicação da Ementa: Altera o Estatuto do Torcedor para majorar a punição daquele que promove tumulto, pratica ou incita violência ou invade local restrito aos competidores em eventos esportivos.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relator: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.

50ª Reunião – 04/12/2024

Projeto de Lei nº 2891, de 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 216-B (registro não autorizado da intimidade sexual) e 218-C (divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia) do Código Penal.

Explicação da Ementa: Permite a infiltração policial para investigação dos crimes de registro e divulgação não autorizados da intimidade sexual.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relator: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Substitutivo definitivamente adotado (art. 284 do RISF).

LEIS ORÇAMENTÁRIAS

49ª Reunião – 03/12/2024

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26, de 2024
(PLOA 2025)

- Não Terminativo -

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025.

Explicação da Ementa: Por determinação do §5º, art. 165 da CF/88, o projeto compreende o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Autoria: Presidência da República

Relator das Emendas na Comissão: Senador Omar Aziz

Relatório: pela apresentação ao PLOA 2025, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de quatro emendas de apropriação, além de uma emenda de texto.

Resultado: Aprovadas as Emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ, nos termos do Relatório.

51ª Reunião – 10/12/2024

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2024
(PLDO 2025)

- Não Terminativo -

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências (alteração proposta pela Mensagem presidencial nº 983/2024).

Explicação da Ementa: Por determinação do §2º, art. 165 da CF/88, o projeto compreende as metas e prioridades da administração pública federal, estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, dispõe sobre as alterações na legislação tributária, estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, e define os limites e parâmetros para os demais Poderes, o Ministério Público da União - MPU e a Defensoria Pública da União – DPU elaborarem suas respectivas propostas orçamentárias.

Autoria: Presidência da República

Relator das Emendas na Comissão: Senador Omar Aziz

Relatório: pela apresentação de três emendas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025.

Resultado: Aprovadas as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ, nos termos do Relatório.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

12ª Reunião – 09/05/2024

Finalidade

Destinada a instruir o Projeto de Lei nº 2234, de 2022, de iniciativa do Deputado Federal Renato Vianna, que "(d)ispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional; altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e revoga o Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, e dispositivos do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), e da Lei nº 10.406, de 19 de janeiro de 2002 (Código Civil)".

Matéria(s) relacionada(s)

PL 2234/2022

Câmara dos Deputados

Requerimento(s) relacionado(s)

REQ 6/2024 - CCJ

Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

REQ 7/2024 - CCJ

Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Participante(s)

- Sr. **Gilberto Pereira**, Vice-Presidente Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais de Receita Federal do Brasil – ANFIP;
- Sr. **Guilherme Luís Dias**, Especialista em fiscalização e regulação;
- Sr. **Hermano Tavares**, Professor, Médico Psiquiatra e Coordenador do Programa Ambulatório do Jogo Patológico (PRO-AMJO);
- Sr. **Thiago Borges**, Vice-presidente Institucional da Associação Brasileira dos Resorts – Resorts Brasil;
- Sr. **Peterson Queiroz Araújo**, Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais. Membro do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO;
- Sr. **André Estevão Ubaldino Pereira**, Procurador da Justiça do Ministério Público de Minas Gerais;
- Sr. **Manoel Cardoso Linhares**, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH;
- Sr. **Alex Pariente**, Vice-Presidente da operação de Cassinos e Hotéis do Hard Rock Internacional;

- Sr. **Carlos Henrique Sobral**, Secretário Nacional de Infraestrutura, Crédito e Investimentos no Turismo, Representante de Celso Sabino, Ministro de Estado do Turismo.

Resultado: Realizada Audiência Pública.

15ª Reunião – 27/05/2024

Finalidade

Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2022, que “revoga o inciso VII do caput do art. 20 da Constituição Federal e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências”.

Matéria(s) relacionada(s)

PEC 3/2022

Câmara dos Deputados

Requerimento(s) relacionado(s)

REQ 24/2023 - CCJ

Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Participante(s)

- Sra. **Carolina Gabas Stuchi**, Secretária Adjunta da Secretaria de Gestão do Patrimônio da União no Ministério da Gestão e da Inovação dos Serviços Públicos, Doutora em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo e Professora do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC em São Paulo;
- Sr. **Edmilson Brito Rodrigues**, Prefeito de Belém – PA;
- Sra. **Marinez Eymael Garcia Scherer**, Coordenadora-Geral do Departamento de Oceano e Gestão Costeira do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
- Sr. **Topázio Silveira Neto**, Prefeito de Florianópolis – SC;
- Sra. **Ana Ilda Nogueira Pavão**, Representante do Movimento das Pescadoras e Pescadores Artesanais (MPP);
- Sra. **Ana Paula Gadotti Franco**, Gerente Técnica da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Representante de Murillo Barbosa, Diretor-Presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP);
- Sr. **Reneval Tupinambá Conceição Júnior**, Diretor-Presidente do Instituto de Terras do Estado do Amapá, Representante de Clécio Luís Vilhena Vieira, Governador do Estado do Amapá;
- Sr. **Bruno Ferreira de Oliveira**, Diretor do Departamento de Assuntos do Conselho de Defesa Nacional, da Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- Sr. **Alceu Moreira**, Deputado Federal (MDB - RS);

Resultado: Realizada a Audiência Pública.

19ª Reunião – 13/06/2024

Finalidade

Instruir o PL 226/2024, que “altera o Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) para dispor sobre os critérios para aferição da periculosidade do agente, geradora de riscos à ordem pública, para concessão de prisão preventiva, inclusive quando da audiência de custódia”.

Matéria(s) relacionada(s)

PL 226/2024

Senador Flávio Dino (PSB/MA)

Requerimento(s) relacionado(s)

REQ 10/2024 - CCJ

Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Participante(s)

- Sr. **Anderson Sobral de Azevedo**, Juiz Auxiliar do Gabinete do Ministro Flávio Dino no Supremo Tribunal Federal, Representante de Flávio Dino de Castro e Costa, Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- Sr. **Douglas Fischer**, Procurador Regional da República, Representante de Paulo Gustavo Gonet Branco, Procurador-Geral da República;
- Sr. **Vladimir Barros Aras**, Procurador Regional da República e Professor da Universidade Federal da Bahia.

Resultado: Audiência pública realizada.

20ª Reunião – 18/06/2024

Finalidade

Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2023, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso e outros senhores senadores, que "dispõe sobre o regime jurídico aplicável ao Banco Central".

Matéria(s) relacionada(s)

PEC 65/2023

Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), Senador Wilder Morais (PL/GO), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Fernando Farias (MDB/AL), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Fernando Dueire (MDB/PE), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Giordano (MDB/SP), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)

Requerimento(s) relacionado(s)

REQ 14/2024 - CCJ

Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Participante(s)

- Sr. **Henrique de Campos Meirelles**, Ex-Presidente do Banco Central do Brasil
- Sr. **Paulo Nogueira Batista Junior**, Economista
- Sr. **Fernando Alberto Rocha**, Chefe do Departamento de Estatísticas (DSTAT) do Banco Central do Brasil
- Sr. **Lademir Gomes da Rocha**, Procurador do Banco Central do Brasil
- Sr. **Marcos de Barros Lisboa**, Economista e Ex-Presidente do Insuper
- Sr. **André Lara Resende**, Economista

- Sr. **Edison Vitor Cardoni**, Diretor Jurídico da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef)
- Sr. **Marcel Mascarenhas**, Advogado
- Sr. **Luiz Awazu Pereira da Silva**, Economista e Ex-Vice-Presidente do Banco de Compensações Internacionais - BIS
- Sr. **Gustavo Jorge Laboissière Loyola**, Ex-Presidente do Banco Central do Brasil

Resultado: Audiência pública realizada.

23ª Reunião – 20/06/2024

Finalidade

Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2023, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo e outros senadores, que "altera o art. 132 da Constituição Federal para incluir os Procuradores dos Municípios entre os que compõem a advocacia pública e dá outras providências".

Matéria(s) relacionada(s)

PEC 28/2023

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL), Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senador Fernando Dueire (MDB/PE), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senador Fernando Farias (MDB/AL), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

Requerimento(s) relacionado(s)

REQ 3/2024 - CCJ

Senador Weverton (PDT/MA)

REQ 12/2024 - CCJ

Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

REQ 13/2024 - CCJ

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Participante(s)

- Sr. **Shaymmon Emanuel Rodrigues de Moura Sousa**, Presidente da Comissão Especial de Advocacia Municipalista, Representante de José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
- Sr. **Márcin Haerberlin**, Consultor Jurídico da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Representante de Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da CNM
- Sr. **Gustavo Haddad Francisco e Sampaio Braga**, Consultor Legislativo do Senado Federal
- Sr. **Marco Aurelio Medeiros Villar**, Presidente da Associação Paraibana da Advocacia Municipalista (APAM)

- Sra. **Clarice Costa Calixto**, Secretária-Geral de Consultoria da Advocacia Geral da União, Representante de Jorge Rodrigo Araújo Messias, Advogado-Geral da União
- Sra. **Lilian Oliveira de Azevedo Almeida**, Presidente da Associação Nacional das Procuradoras e dos Procuradores Municipais (ANPM)

Resultado: Audiência pública realizada.

33ª Reunião – 29/10/2024

Finalidade

Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 5, de 2022, que "dispõe sobre a proibição, em todo o território nacional, de fabricação, comércio, transporte, manuseio e uso de fogos de artifício de estampido ou de qualquer outro artefato pirotécnico que produza estampidos".

Matéria(s) relacionada(s)

PL 5/2022 - Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Requerimento(s) relacionado(s)

REQ 19/2024 - CCJ - Senador Castellar Neto (PP/MG)

REQ 21/2024 - CCJ - Senador Castellar Neto (PP/MG)

Participante(s)

- Sr. **Ronaldo Tannús**, Vereador da Câmara Municipal de Uberlândia (MG)
- Sr. **Oswaldo Freire**, Autor do livro: "O Desafiante Mundo do Autista: Obstáculos e Possibilidades no Labirinto do Amor"
- Sr. **Breno Lintz**, Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais
- Sr. **Wallace de Lira**, Palestrante e escritor
- Sr. **Guilherme Santos**, Coordenador da Aliança Brasileira da Pirotecnia
- Sr. **Krisdany Vinícius S. M. Cavalcante**, Presidente da Sociedade Brasileira de Acústica e Gestor do Comitê Brasileiro de Acústica ABNT/CB-196

Resultado: Audiência pública realizada.

34ª Reunião – 29/10/2024

Finalidade

Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências".

Do Plano de Trabalho: "Nessa reunião, os convidados devem discutir os aspectos gerais do PLP nº 68, de 2024, com especial enfoque sobre alíquotas, regras de não cumulatividade, direito ao creditamento, split payment, incidência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS)".

Matéria(s) relacionada(s)

PLP 68/2024 - Câmara dos Deputados

Participante(s)

- Sr. **Dario Durigan**, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda
- Sr. **Bernard Appy**, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda
- Sra. **Melina Rocha**, Consultora do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Especialista em IVA
- Sr. **Marcus Vinicius Caetano Pestana da Silva**, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI)
- Sr. **Marcus Lívio Gomes**, Professor Titular de Direito Tributário da UERJ e Coordenador do Grupo de Trabalho de Especialistas para a Reforma do Processo Administrativo e Tributário, Representante de Regina Helena Costa, Ministra do Superior Tribunal de Justiça
- Sr. **Adalberto Felício Maluf Filho**, Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima

Resultado: Audiência pública realizada.

36ª Reunião – 30/10/2024

Finalidade

Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências".

Do Plano de Trabalho: "Neste painel serão discutidos os interesses dos setores produtivos e o impacto da Reforma Tributária no PIB e na economia com ganhos motivados pela melhor alocação de recursos na economia".

Matéria(s) relacionada(s)

PLP 68/2024 - Câmara dos Deputados

Participante(s)

- Sr. **Armando Monteiro Neto**, Conselheiro Emérito da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Representante de Antonio Ricardo Alvarez Alban, Presidente da CNI
- Sr. **Igor Lopes Rocha**, Economista Chefe do Departamento de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Representante de Josué Gomes da Silva, Presidente da FIESP
- Sr. **Renato Conchon**, Coordenador do Núcleo Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Representante de João Martins da Silva Júnior, Presidente da CNA
- Sr. **Gilberto Alvarenga**, Consultor tributário, Representante de José Roberto Tadros, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)
- Sr. **Anderson Trautman Cardoso**, Vice-Presidente Jurídico da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil – CACB, Representante de Alfredo Cotait Neto, Presidente da CACB
- Sra. **Alessandra Brandão**, Consultora Tributária da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Representante de Vander Francisco Costa, Presidente da CNT
- Sr. **Paulo Rabello de Castro**, Ex-Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Consultor da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), Representante de João Carlos Galassi, Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS)
- Sr. **Eduardo Lourenço**, Consultor-Tributário do Instituto Pensar Agropecuária – IPA.

Resultado: Audiência pública realizada.

37ª Reunião – 31/10/2024

Finalidade

Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências".

Do Plano de Trabalho: " Esse debate deve abordar regimes diferenciados com forte impacto social, como cesta básica nacional, educação, saúde, entre outros. As regras para a devolução personalizada, conhecida como cashback, de IBS e CBS, também devem ser objeto desta Audiência".

Matéria(s) relacionada(s)

PLP 68/2024 - Câmara dos Deputados

Participante(s)

- Sr. **Rodrigo Octávio Orair**, Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda;
- Sr. **Gustavo Beduschi**, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Laticínios – VIVA LACTEOS;
- Sr. **Luiz Claudio Carvalho**, Representante da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC);
- Sra. **Thais Romero Veiga Shingai**, Consultora Jurídica da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde), Representante de Breno De Figueiredo Monteiro, Presidente da CNSaúde;
- Sr. **João Batista Ferreira Dornellas**, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA);
- Sr. **Ricardo Furtado**, Advogado e Conselheiro Fiscal da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN), Representante de Paulino Delmar Rodrigues Pereira, Presidente da CONFENEN;
- Sra. **Patrícia Gentil**, Diretora do Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável - SESAN/MDS, Representante de Wellington Dias, Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Resultado: Audiência pública realizada.

38ª Reunião – 12/11/2024

Finalidade

Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências".

Do Plano de Trabalho: "Em função da importância do segmento e da repercussão da reforma sobre o setor da saúde, dedicamos uma audiência específica para tratarmos desse tema".

Matéria(s) relacionada(s)

PLP 68/2024 - Câmara dos Deputados

Participante(s)

- Sr. **Bruno Toledo Checchia**, Advogado, Representante de Dyogo Oliveira, Diretor-Presidente da CNSeg;
- Sr. **Sergio Mena Barreto**, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Farmácias e Drogaria (ABRAFARMA);
- Sr. **Jarbas Antonio de Biagi**, Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP);
- Sr. **Nelson Mussolini**, Presidente Executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma);
- Sr. **Abrão Dib**, Presidente da Associação Nacional de Apoio às Pessoas com Deficiência (ANAPcD);
- Sr. **João Caetano Muzzi Filho**, Advogado e Consultor Tributário, Representante de Omar Abujamra Júnior, Diretor-Presidente da UNIMED do Brasil;
- Sr. **Emerson Casali Almeida**, Assessor Parlamentar da ACAD Brasil, Representante de Ailton Mendes, Presidente da Associação Brasileira de Academias (ACAD Brasil);
- Sr. **Cleudes Freitas**, Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (UNIDAS);
- Sr. **Renato Guilherme Machado Nunes**, Advogado, Representante de Mirocles Campos Veras Neto, Presidente da Confederação das Santas Casas e Hosp. Filantrópicos (CMB);
- Sr. **Augusto Silveira de Carvalho**, Presidente da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB);

- Sr. **Tiago de Moraes Vicente**, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biossimilares (Pró-Genéricos).

Resultado: realizada a Audiência Pública.

39ª Reunião – 12/11/2024

Finalidade

Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências”.

Do Plano de Trabalho: "Para garantir que todos os setores sejam ouvidos, concentramos esta oitiva no regime aplicável aos serviços financeiros, incluindo concursos de prognósticos e split payment”.

Matéria(s) relacionada(s)

PLP 68/2024 - Câmara dos Deputados

Participante(s)

- Sr. **Rodrigo Maia**, Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF);
- Sr. **João Rafael Gândara de Carvalho**, Advogado da Federação Nacional das Empresas de Resseguros (FENABER), Representante de Paulo Cesar Pereira Reis, Presidente da FENABER;
- Sr. **Eduardo Lopes**, Presidente da Associação sem fins que representa instituições financeiras e de pagamentos (ZETTA);
- Sr. **Heleno Torres**, Consultor da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos (ABIPAG) e Professor Titular de Direito Tributário da Universidade de São Paulo (USP), Representante de Gabriel Cohem, Diretor Jurídico da ABIPAG;
- Sr. **Ricardo de Barros Vieira**, Vice-presidente Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS), Representante de Giancarlo Greco, Conselheiro Presidente da ABECS;
- Sr. **Daniel Loria**, Diretor da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda.

Resultado: realizada a Audiência Pública.

40ª Reunião – 13/11/2024

Finalidade

Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências".

Do Plano de Trabalho: "Essa audiência pública lidará com os dispositivos que tratam dos demais regimes específicos".

Matéria(s) relacionada(s)

PLP 68/2024 - Câmara dos Deputados

Participante(s)

- Sr. **Manoel Cardoso Linhares**, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH);
- Sra. **Amanda Rezende**, Coordenadora Tributária da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Representante de Márcio Lopes de Freitas, Presidente da OCB;
- Sr. **Rodrigo Rocha Monteiro de Castro**, Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos e Desenvolvimento da Sociedade Anônima do Futebol (IBESAF);
- Sra. **Marina Passos Costa Queiroz**, Diretora Jurídica da Confederação Nacional do Turismo (CNTur), Representante de Wilson Luis Pinto, Presidente da CNTur;
- Sr. **Thiago Xavier**, Economista, Representante de Pablo Morbis, Presidente do Sistema Integrado de Parques & Atrações Turísticas (SINDEPAT);
- Sr. **Fernando Monbelli**, Gerente de Projeto de Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;
- Sr. **Paulo Solmucci Júnior**, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL);
- Sr. **Eduardo Fleury**, Consultor Tributário da Associação Brasileira de Resorts (RESORTS BRASIL), Representante de Marcelo Picka Van Roey, Presidente da RESORTS BRASIL;
- Sr. **Vanderlei Vianna**, Assessor de Relações Institucionais e Governamentais do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF), Representante de Custódio Pereira, Presidente do FONIF;
- Sr. **Pedro Henrique de Andrade Nogueira Lima**, Vice-presidente de Assuntos Legislativos do Conselho Federal de Corretores de Imóveis – Sistema COFECI-

CRECI, Representante de João Teodoro da Silva, Presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis;

- Sra. **Maria Juliana Fonseca**, Consultora da Sociedade Anônima de Futebol (SAF) do Clube Atlético Mineiro e Mestre em Direito Tributário pela UFMG;
- Sr. **Rodrigo Petry Terra**, Consultor Jurídico e Institucional do Instituto Nacional de Reciclagem (INESFA), Representante de Clineu Alvarenga, Presidente do INESFA.

Resultado: realizada a Audiência Pública.

41ª Reunião – 18/11/2024

Finalidade

Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências".

Do Plano de Trabalho: "Essa audiência pública tratará do impacto do IBS e da CBS sobre segmentos relacionados ao setor imobiliário".

Matéria(s) relacionada(s)

PLP 68/2024 - Câmara dos Deputados

Participante(s)

- Sr. **Renato de Sousa Correia**, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC);
- Sr. **Luiz França**, Presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras (ABRAINCO);
- Sr. **Caio Carmona Cesar Portugal**, Presidente da Associação das Empresas de Loteamento Urbano (AELO);
- Sr. **Ely Wertheim**, Presidente do Sindicato das Empresas de compra, venda, locação ou administração de imóveis residenciais ou comerciais (SECOVI/SP);
- Sr. **Pedro Fernandes**, Ex-Presidente da Associação Brasileira do Mercado Imobiliário (ABMI), Representante de Alfredo Freitas, Presidente da ABMI;
- Sra. **Fernanda Foizer**, Advogada e Sócia da Wilfrido Marques Advogados e Embaixadora da "Mulheres no Tributário" em Brasília;
- Sr. **Fabiano Camargo**, Presidente do Conselho da Associação das Operadoras de Turismo (BRAZTOA);
- Sr. **Carlos Carvalho Duarte Neto**, Gerente Nacional de Tributos da Caixa Econômica Federal (CEF).

Resultado: realizada a Audiência Pública.

42ª Reunião – 19/11/2024

Finalidade

Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências”.

Do Plano de Trabalho: "As atividades econômicas desenvolvidas no âmbito da Zona Franca de Manaus devem ser resguardadas e serão objeto de discussão nessa audiência pública."

Matéria(s) relacionada(s)

PLP 68/2024 - Câmara dos Deputados

Participante(s)

Primeira Parte: Zona Franca de Manaus

- Sr. **Nivaldo das Chagas Mendonça**, Auditor Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas, Representante de Alex Del Giglio, Secretário da Fazenda do Estado do Amazonas;
- Sr. **Bernard Appy**, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda;
- Sr. **Thomaz Nogueira**, Especialista em Direito Tributário e Ex-Superintendente da Suframa;
- Sr. **Marcos Antônio Bento de Sousa**, Presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo);
- Sr. **Luiz Dias de Alencar Neto**, Coordenador-Geral do Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT);
- Sr. **Pedro Câmara Júnior**, Advogado Tributarista da Associação Comercial do Amazonas (ACA), Representante de Bruno Pinheiro, Presidente da Associação Comercial do Amazonas (ACA);
- Sr. **Jeanete Viana Portela**, Advogado da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), Representante de Antonio Silva, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM);
- Sr. **Luiz Frederico Oliveira de Aguiar**, Superintendente Adjunto Executivo da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Representante de João Bosco Gomes Saraiva, Superintendente da SUFRAMA;

- Sr. **Hamilton da Fonseca Caminha**, Vice-Presidente da CDL Manaus, Representante de Ralph Baraúna Assayag, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL/Manaus);
- Sr. **Milton Carlos Silva e Silva**, Assessor Jurídico Tributário da Federação do Comércio do Estado do Amazonas (Fecomércio/AM), Representante de Aderson Santos da Frota, Presidente da Federação do Comércio do Estado do Amazonas (Fecomércio/AM);
- Sr. **José Jorge Nascimento**, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros).

Segunda Parte: Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) e Áreas de Livre Comércio (ALCs)

- Sr. **Rafael Inácio de Fraia e Souza**, Secretário de Planejamento e Orçamento do Governo do Estado de Roraima;
- Sr. **Marcelo Souza Pereira**, Ex-Superintendente da Suframa, Assessor Parlamentar, Doutor em Sustentabilidade na Amazônia, Mestre em Desenvolvimento Regional, Especialista em Gerência Financeira e Economista;
- Sr. **Bruno Pessanha Negris**, Membro do Conselho Estratégico e Logística do Espírito Santo (Recomex-ES) e do Grupo de Trabalho do Sindicato do Comércio Exportação e Importação do Espírito Santo (SINDIEX).

Resultado: realizada a Audiência Pública.

43ª Reunião – 19/11/2024

Finalidade

Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências".

Do Plano de Trabalho: "As microempresas (MEs) e as empresas de pequeno porte (EPPs) devem ser resguardadas e serão objeto de discussão nessa audiência pública."

Matéria(s) relacionada(s)

PLP 68/2024 - Câmara dos Deputados

Participante(s)

- Sr. **Alfredo Cotait Neto**, Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB);
- Sra. **Talita Pimenta Felix**, Advogada e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Fiscais da Escola de Direito da FVG/SP;
- Sr. **Mário Sérgio Carraro Telles**, Superintendente de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Sr. **Carlito Merss**, Gerente de Políticas Públicas do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE);
- Sr. **Olielson Franca Lobato Júnior**, Secretário Executivo do Simples Nacional;
- Sr. **Carley Welter**, Diretor de Relações Institucionais da Associação Nacional das Empresas de Transporte de Cargas (ANATC);
- Sra. **Ângela Andrade Dantas Mendonça**, Conselheira do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Resultado: realizada a Audiência Pública.

44ª Reunião – 21/11/2024

Finalidade

Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências".

Do Plano de Trabalho: "Essa audiência pública tratará do impacto do IBS e da CBS sobre segmentos relacionados à infraestrutura".

Matéria(s) relacionada(s)

PLP 68/2024 - Câmara dos Deputados

Participante(s)

- Sr. **Mário Luiz Menel**, Presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE);
- Sra. **Renata Isfer**, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Biogás (ABIOGÁS);
- Sr. **Mário Campos**, Presidente Executivo da Bioenergia Brasil, Representante de Evandro Gussi, Presidente da União da Indústria de Cana-de-açúcar e Bioenergia (ÚNICA);
- Sra. **Christianne Dias Ferreira**, Diretora Executiva da Associação Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON);
- Sr. **Marcos Ferrari**, Presidente-Executivo da CONEXIS Brasil Digital;
- Sr. **Rubens Rizek Júnior**, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa da Economia Energética (ANPEEN);
- Sr. **Roberto Ardenghy**, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP);
- Sra. **Fernanda Sá**, Advogada Tributarista da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEOLICA), Representante de Elbia Gannoum, Presidente da ABEEOLICA;
- Sr. **Mario Povia**, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI);
- Sr. **Rodrigo Schuch Wegmann**, Presidente-Executivo da Associação NEO;
- Sr. **Yuri Pontual**, Diretor Jurídico e Regulatório da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), Representante de Davi Barreto, Diretor-Presidente da ANTF;

- Sr. **Edgar Serrano**, Diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Federação Nacional das Empresas de Informática (FENAINFO), Representante de Márcio Gonçalves, Vice-Presidente da FENAINFO;
- Sra. **Marina Cyrino**, Gerente de Assuntos Jurídicos e Regulatórios da Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto (ATGás), Representante de Rogério Almeida Manso da Costa Reis, Presidente-Executivo da ATGás;
- Sr. **Dalton Cesar Cordeiro de Miranda**, Diretor de Tributação e Negócios Jurídicos da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE).

Resultado: realizada a Audiência Pública.

45ª Reunião – 25/11/2024

Finalidade

Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências".

Do Plano de Trabalho: "O propósito dessa reunião será discutir o Imposto Seletivo, que visa mitigar externalidades negativas relativas à saúde e ao meio ambiente. Deverão ser discutidos os bens e serviços onerados pela exação, as bases de cálculo e alíquotas incidentes."

Matéria(s) relacionada(s)

PLP 68/2024 - Câmara dos Deputados

Participante(s)

- Sr. **Marcello Fragano Baird**, Coordenador de Advocacy da ACT Promoção da Saúde, Representante de Mônica Andreis, Diretora-Presidente da ACT Promoção da Saúde;
- Sr. **João Hamilton Rech**, Assessor e Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, Representante de Bernard Appy, Secretário da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda;
- Sr. **Marcos Aurélio P. Valadão**, Membro da Comissão de Reforma Tributária da OAB/DF;
- Sra. **Luiza Machado**, Coordenadora de Incidência Legislativa do Grupo de Pesquisa, Tributação e Gênero da FGV/SP;
- Sr. **Eric Brasil**, Consultor do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR), Representante de André Gelfi, Diretor-Presidente do IBJR;
- Sr. **Rodrigo Marinho**, Representante do Instituto Livre Mercado (ILM);
- Sr. **Rinaldo Mancin**, Diretor de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Representante de Raul Jungmann, Diretor-Presidente do IBRAM;
- Sra. **Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt**, Presidente da MSGás, Diretora Acadêmica da Associação Brasileira do Direito e Economia (ABDE);
- Sr. **Eduardo Muniz Cavalcanti**, Consultor da Associação Brasileira da Indústria de Fumo (ABIFUMO), Representante de Edimilson Alves, Diretor-Executivo da ABIFUMO;

- Sr. **Victor Bicca Neto**, Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não alcoólicas (ABIR);
- Sr. **Felipe Renault**, Diretor da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF);
- Sra. **Viviana Santiago**, Diretora Executiva da Oxfam Brasil;
- Sr. **Waldir Salvador**, Consultor Institucional da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG), Representante de José Fernando Aparecido de Oliveira, Presidente da AMIG;
- Sr. **Henrique Mendes de Araújo**, Diretor de Relações Institucionais da Copersucar, Representante de Mário Campos, Presidente da Bioenergia Brasil;
- Sra. **Ana Helena Karnas Hoefel Pamplona**, Consultora da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL), Representante de Plínio Augusto Lemos Jorge, Presidente da ANJL;
- Sr. **José Eduardo Marcedo Cidade**, Presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBDD);
- Sr. **Gilberto Tarantino**, Representante da Associação Brasileira de Cerveja Artesanal (ABRACERVA);
- Sr. **Carlos Eduardo Cabral de Lima**, Presidente do Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC);
- Sr. **Márcio Maciel**, Presidente-Executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (SINDICERV).

Resultado: realizada a Audiência Pública.

46ª Reunião – 26/11/2024

Finalidade

Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências”.

Matéria(s) relacionada(s)

PLP 68/2024 - Câmara dos Deputados

Participante(s)

- Sr. **Rogério Gallo**, Secretário de Fazenda do Estado do Mato Grosso, Representante de André Horta, Diretor Institucional do Comitê Nacional de Secretários de Estado de Fazenda;
- Sr. **Mário Sérgio Carraro Telles**, Superintendente de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Sr. **Pablo Cesário**, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca);
- Sr. **Tácio Lacerda Gama**, Professor Livre-docente de Direito Tributária da PUC-SP;
- Sr. **Roni Peterson Bernardino de Brito**, Assessor do Gabinete e Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil (RFB), e colaborador da Secretaria Especial de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Representante de Bernard Appy, Secretário da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda;
- Sra. **Ana Carolina Brasil Vasques**, Presidente do Mulheres no Tributário.

Resultado: realizada a Audiência Pública.

48ª Reunião – 27/11/2024

Finalidade

Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que "Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências".

Do Plano de Trabalho: "O objeto da última audiência pública que propomos são as normas que tratam de transição, fiscalização e avaliação quinquenal, incluindo a trava da carga tributária, conflitos de competência, domicílio tributário eletrônico, conformidade fiscal, dívida ativa e cobrança do IBS."

Matéria(s) relacionada(s)

PLP 68/2024 - Câmara dos Deputados

Participante(s)

- Sr. **Márcio Schuch**, Representante do Conselho Federal de Contabilidade (CFC);
- Sr. **Rafael Gomes Lima**, Auditor-Chefe Adjunto da AudFiscal do Tribunal de Contas da União (TCU), Representante de Min. Bruno Dantas, Presidente do TCU;
- Sr. **Rodrigo Keidel Spada**, Presidente da Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais (FEBRAFITE);
- Sr. **Fábio Henrique de Sousa Macedo**, Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (FENAFIM);
- Sr. **Ricardo Luiz Oliveira de Souza**, Auditor-Fiscal do Estado de Minas Gerais, Representante de Carlos Eduardo Xavier, Presidente do COMSEFAZ;
- Sra. **Zabetta Macarini Carmignani Gorissen**, Secretária-executiva do Grupo de Estudos Tributários Aplicados (GETAP);
- Sra. **Mary Elbe Queiroz**, Presidente do Centro Nacional para Prevenção e Resolução de Conflitos Tributários (CENAPRET);
- Sr. **Lucas Carezzato Ayres**, Consultor do Movimento Brasil Competitivo (MBC);
- Sra. **Francine Fachinello**, Presidente do Mulheres no Tributário;
- Sra. **Adriana Gomes Rêgo**, Secretária Especial Adjunta da Receita Federal do Brasil.

Resultado: realizada a Audiência Pública.

REQUERIMENTOS

1ª Reunião – 21/02/2024

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 1, de 2024

- Não Terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2628/2022, que “Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais”.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO) e outros

Resultado: Aprovado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 2, de 2024

- Não Terminativo -

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2812/2023, que “Acrescenta parágrafo único ao art. 499 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para conferir ao réu a oportunidade de cumprir a tutela específica em caso de requerimento de sua conversão em perdas e danos”.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

Resultado: Aprovado.

6ª Reunião – 10/04/2024

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 3, de 2024

- Não Terminativo -

Requer a realização de audiência pública para instruir a PEC 28/2023.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Resultado: Aprovado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 4, de 2024

- Não Terminativo -

Requer a realização de audiência pública para instruir a PEC nº 28, de 2022.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Resultado: Aprovado.

8ª Reunião – 24/04/2024

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 5, de 2024

- Não Terminativo -

Urgência para o PL 4015/2023.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Resultado: Aprovado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 6, de 2024

- Não Terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2234/2022, que “dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional; altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e revoga o Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de

1946, e dispositivos do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), e da Lei nº 10.406, de 19 de janeiro de 2002 (Código Civil)”.
Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Resultado: Aprovado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 7, de 2024

- Não Terminativo -

Requer realização de Audiência Pública.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Resultado: Aprovado.

11ª Reunião – 08/05/2024

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 8, de 2024

- Não Terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1803/2023, que “altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer que a eleição de foro deve guardar pertinência com o domicílio das partes ou com o local da obrigação e que o ajuizamento de ação em juízo aleatório constitui prática abusiva, passível de declinação de competência de ofício”.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Resultado: Aprovado.

13ª Reunião – 15/05/2024

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 9, de 2024

- Não Terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4129/2021.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Resultado: Aprovado.

14ª Reunião – 22/05/2024

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 10, de 2024

- Não Terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 226/2024.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Resultado: Aprovado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 11, de 2024

- Não Terminativo -

Requer que seja convidada a Senhora Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a comparecer à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP)

Resultado: Aprovado.

18ª Reunião – 12/06/2024

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 12, de 2024

- Não Terminativo -

Requer Inclusão de convidado na Audiência Pública da PEC 28/2023.

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Resultado: Aprovado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 13, de 2024

- Não Terminativo -

Requer inclusão de convidado na Audiência Pública solicitada pelo REQ 3/2024 - CCJ, com o objetivo de instruir a PEC 28/2023

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Resultado: Aprovado.

24ª Reunião – 03/07/2024

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 15, de 2024

- Não Terminativo -

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3038/2021, que “cria o Conselho Gestor do Fundo de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública da União de que trata o inciso XXI do caput do art. 4º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994”.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Resultado: Aprovado.

28ª Reunião – 14/08/2024

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 16, de 2024

- Não Terminativo -

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PDL 206/2024, que “susta parcialmente o Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, a qual dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição”.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Resultado: Aprovado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 17, de 2024

- Não Terminativo -

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2258/2022 (Substitutivo-CD), que “dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos”.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Resultado: Aprovado.

29ª Reunião – 21/08/2024

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 18, de 2024

- Não Terminativo -

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLP 192/2023, que “altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições)”.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Resultado: Aprovado.

31ª Reunião – 16/10/2024

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 19, de 2024

- Não Terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5/2022, que “dispõe sobre a proibição, em todo o território nacional, de fabricação, comércio, transporte, manuseio e uso de fogos de artifício de estampido ou de qualquer outro artefato pirotécnico que produza estampidos”.

Autoria: Senador Castellar Neto (PP/MG)

Resultado: Aprovado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 20, de 2024

- Não Terminativo -

Requer urgência para o PL 1734/2024.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP)

32ª Reunião – 23/10/2024

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 21, de 2024

- Não Terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 19/2024 - CCJ, com o objetivo de instruir o PL 5/2022, que “dispõe sobre a proibição, em todo o território nacional, de fabricação, comércio, transporte, manuseio e uso de fogos de artifício de estampido ou de qualquer outro artefato pirotécnico que produza estampidos” seja incluído o Senhor Krisdany Vinícius S.M. Cavalcante, Presidente da Sociedade Brasileira de Acústica e Gestor do Comitê Brasileiro de Acústica ABNT/CB-196..

Autoria: Senador Castellar Neto (PP/MG)

Resultado: Aprovado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 22, de 2024

- Não Terminativo -

Requer Sessão de Debate Temático.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Resultado: Aprovado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 23, de 2024

- Não Terminativo -

Requer Sessão de Debate Temático.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Resultado: Aprovado.

47ª Reunião – 27/11/2024

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 24, de 2024

- Não Terminativo -

Requer audiência pública para instrução do PL 853/2024.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Resultado: Aprovado.

50ª Reunião – 04/12/2024

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 25, de 2024

- Não Terminativo -

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3780/2023, que “altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de majorar as penas previstas para os crimes de furto, roubo, receptação, receptação de animal e interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública, bem como para tipificar os crimes de recepção de animal doméstico e de fraude bancária”..

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Resultado: Aprovado.

Observação: Requerimento de Urgência para o PL 3780/2023.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 26, de 2024

- Não Terminativo -

Requer a realização de ciclo de audiências públicas com o objetivo de instruir a PEC148/2015, que "altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal".

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Resultado: Aprovado.

53ª Reunião – 11/12/2024

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 27, de 2024

- Não Terminativo -

Requer destaque de emenda de sua autoria ao PLP 68/2024.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 28, de 2024

- Não Terminativo -

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLP 68/2024, que “institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências”.

Autoria: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 29, de 2024

- Não Terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 1.463 ao PLP nº 68, de 2024, que “institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 30, de 2024

- Não Terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emendas nº 1.384 ao PLP nº 68, de 2024, que “institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 31, de 2024

- Não Terminativo -

Requer destaque, para votação em separado, da Emenda nº 1363 ao PLP 68/2024.

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 32, de 2024

- Não Terminativo -

Requer destaque para votação em separado da Emenda 1961 ao PLP 68/2024.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 33, de 2024

- Não Terminativo -

Requer votação em separado da Emenda 1482.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 34, de 2024

- Não Terminativo -

Requer votação em separado da Emenda 1722.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 35, de 2024

- Não Terminativo -

Requer requerimento de destaque, para votação em separado, da Emenda nº 1400 ao PLP 68/2024.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 36, de 2024

- Não Terminativo -

Requer destaque, para votação em separado, da Emenda nº 1472 ao PLP 68/2024.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 37, de 2024
- Não Terminativo -

Requer destaque da Emenda 67 ao PLP 68/2024.

Autoria: Líder do PL Carlos Portinho (PL/RJ)

Resultado: adotado nos termos no art. 312, parágrafo único, do RISF.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 38, de 2024
- Não Terminativo -

Requer destaque, para votação em separado, da Emenda nº 43-U ao PLP 68/2024.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 39, de 2024
- Não Terminativo -

Requer destaque da Emenda 2139.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 40, de 2024
- Não Terminativo -

Requer destaque da Emenda 1612 ao PLP 68/2024.

Autoria: Líder do PL Carlos Portinho (PL/RJ)

Resultado: adotado nos termos no art. 312, parágrafo único, do RISF.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 41, de 2024
- Não Terminativo -

Requer destaque para votação em separado a Emenda no. 1446.

Autoria: Senador Cid Gomes (PSB/CE)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 42, de 2024
- Não Terminativo -

Requer destaque para votação em separado (com o objetivo de aprovar) a Emenda no. 1775.

Autoria: Senador Cid Gomes (PSB/CE)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 43, de 2024
- Não Terminativo -

Requer destaque para votação em separado (com o objetivo de aprovar) a Emenda no.2023.

Autoria: Senador Cid Gomes (PSB/CE)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 44, de 2024

- Não Terminativo -

Requer destaque para votação em separado (com o objetivo de aprovar) a Emenda no. 562.

Autoria: Senador Cid Gomes (PSB/CE)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 45, de 2024

- Não Terminativo -

Requer destaque, para votação em separado, da Emenda nº 1226 ao PLP 68/2024.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 46, de 2024

- Não Terminativo -

Requer destaque para votação em separado.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 47, de 2024

- Não Terminativo -

Requer que seja destacada a emenda n. 1737 ao PLP 68/2024

Autoria: Líder do UNIÃO Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Resultado: adotado nos termos no art. 312, parágrafo único, do RISF.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 48, de 2024

- Não Terminativo -

Requer ...destaque para votação em separado da Emenda 1879 ao PLP 68/2024.

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 49, de 2024

- Não Terminativo -

Requer destaque da emenda 1837.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 50, de 2024

- Não Terminativo -

Requer os termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 1842 ao PLP 68/2024.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 51, de 2024

- Não Terminativo -

Requer destaque para a Emenda nº 2148 apresentada ao PLP 68/2024.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 52, de 2024
- Não Terminativo -

Requer que seja destacada a emenda 1042 ao PLP 68/2024.

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 53, de 2024
- Não Terminativo -

Requer, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 415U ao PLP 68/2024.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 54, de 2024
- Não Terminativo -

Requer destaque para votação em separado da Emenda 1676 ao PLP 68/2024.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 55, de 2024
- Não Terminativo -

Reque, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 2115 ao PLP 68/2024.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 56, de 2024
- Não Terminativo -

Requer destaque da emenda 2145 ao PLP 68/2024.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 57, de 2024
- Não Terminativo -

Requer que seja destacada a emenda 2073 ao PLP 68/2024.

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 58, de 2024
- Não Terminativo -

Requer que seja destacada a emenda 2099 ao PLP 68/2024.

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Resultado: Rejeitado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 59, de 2024

- Não Terminativo -

Requerimento de Destaque para a Emenda 378.

Autoria: Líder do PSD Omar Aziz (PSD/AM)

Resultado: adotado nos termos no art. 312, parágrafo único, do RISF.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 60, de 2024

- Não Terminativo -

Requerimento de Destaque para a Emenda 1462.

Autoria: Líder do PSD Omar Aziz (PSD/AM)

Resultado: adotado nos termos no art. 312, parágrafo único, do RISF.

54ª Reunião – 18/12/2024

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 61, de 2024

- Não Terminativo -

Requer dispensa da audiência pública destinada a instruir o PL 853/2024.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Resultado: aprovado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 62, de 2024

- Não Terminativo -

Requer urgência para o PL 3965/2021.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP)

Resultado: aprovado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 63, de 2024

- Não Terminativo -

Requer urgência para o PL 2073/2022.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Resultado: aprovado.

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 64, de 2024

- Não Terminativo -

Requer urgência para o PL 3467/2024.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Resultado: aprovado.

ESTATÍSTICAS 2024

TOTAL DE REUNIÕES: 54

Audiências Públicas: 19

MATÉRIAS APRECIADAS:

Projeto de Lei (terminativo): 41

Projeto de Lei (não terminativo): 40

Projeto de Lei do Senado (terminativo): 2

Projeto de Lei Complementar: 3

Proposta de Emenda à Constituição (não terminativo): 12

Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 2

Projeto de Decreto Legislativo: 1

Mensagem do Senado Federal: 1

Projeto de Resolução do Senado: 3

Ofício "S": 1

Substitutivo da Câmara dos Deputados: 1

Turno Suplementar: 9

Emenda – CCJ: 156

Emendas PLDO: 3

Emendas PLOA: 5

Requerimento CCJ: 64

TOTAL: 341